



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

COORDENAÇÃO DE HISTÓRIA

**AS CRÔNICAS DE FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA E O DISCURSO
IMAGÉTICO DO NORDESTE E O NORDESTINO: INDÍCIOS DE
CONTINUIDADES**

CRISTINA MARIA BERNARDO

CAJAZEIRAS/PB

2018

Cristina Maria Bernardo

**AS CRÔNICAS DE FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA E O DISCURSO
IMAGÉTICO DO NORDESTE E O NORDESTINO: INDÍCIOS DE
CONTINUIDADES**

Monografia apresentada a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Dr^a Viviane Gomes de Ceballos

CAJAZEIRAS/PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras – Paraíba

B523c Bernardo, Cristina Maria.
As crônicas de Francisco Pereira Nóbrega e o discurso imagético do nordeste e o nordestino: indícios de continuidades / Cristina Maria Bernardo. - Cajazeiras, 2018.
54f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Análise do discurso. 2. Crônica jornalística. 3. Nóbrega, Francisco Pereira - crônicas. 4. Região nordeste – discurso imagético. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

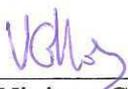
CDU – 81'42

Cristina Maria Bernardo

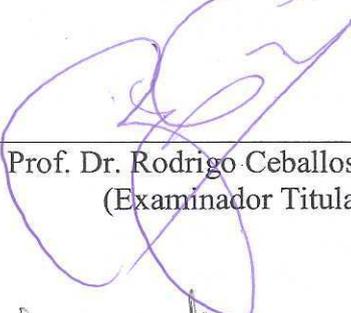
**AS CRÔNICAS DE FRANCISCO PEREIRA NÓBREGA E O DISCURSO
IMAGÉTICO DO NORDESTE E O NORDESTINO: INDÍCIOS DE
CONTINUIDADES**

Aprovada em 16 de julho de 2018

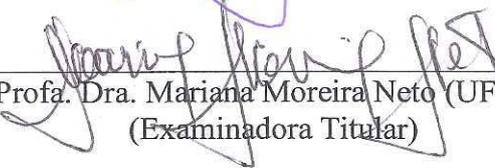
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)
(Orientadora)



Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (UFCG)
(Examinador Titular)



Profa. Dra. Mariana Moreira Neto (UFCG)
(Examinadora Titular)

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (UFCG)
(Examinador Suplente)

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dedico esta monografia à minha família minha base em tudo, à minha irmã, aos meus pais que sempre me incentivaram e me apoiaram. A todos que me ajudaram durante o processo de formação acadêmica. Sem dúvidas, foram todos essenciais a esta minha conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Francisca e Francisco pelo apoio incondicional, aos meus irmãos Idelbrando e Francisco Carlos pelo suporte na hora que precisei e também a minha irmã Mabel, minha companheira de todas as horas e de toda vida.

Aos meus amigos pelo incentivo, ao meu companheiro de turma Tadeu que me ajudou em tantos momentos. Agradeço a Penha que muito me ajudou com a pesquisa de campo.

À minha orientadora, Dr^a. Viviane Gomes de Ceballos, pelo exemplo de mulher guerreira e por me encaminhar diante de tantos desafios que enfrentei durante a realização deste trabalho.

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente me ajudaram a concluir este TCC, muito obrigada!

A história do Nordeste é muito mais de um povo no limiar da sobrevivência.

Francisco P. Nóbrega

RESUMO

Tendo em vista o processo histórico imagético-discursivo do Nordeste, esta pesquisa, tomando como fontes crônicas produzidas por Francisco Pereira Nóbrega, busca entender como o cronista constrói a imagem de Nordeste e de nordestino por meio de suas narrativas. Nóbrega foi importante intelectual no cenário paraibano e, além de cronista destacou-se como professor e escritor. Sua trajetória pessoal ligada ao fenômeno do cangaço revela sua opção, preferencialmente, por temáticas que discorrem sobre o político-social. Suas crônicas serão tomadas a partir desta pesquisa enquanto espaço de produção do conhecimento histórico e a análise de seu discurso, considera suas experiências pessoais como determinantes em suas narrativas. Realizou-se então, uma pesquisa nos arquivos do Jornal Correio da Paraíba, afim de, reunir conteúdo suficiente para abordar a temática pretendida nesta pesquisa. Diante disso discriminou-se assim, os anos de 2000, 2001 e 2002. Por meio da leitura das crônicas é possível perceber que as narrativas de Nóbrega se constituem como fortalecedoras dos discursos e imagens construídos sobre a região Nordeste e sobre o nordestino. Nóbrega vai, a partir das discussões de temas do cotidiano, construir estas imagens, partindo de seus estereótipos, imagens do social ligadas à pobreza e à seca. Notou-se também que as experiências vividas por ele interferiram na formação da sua personalidade crítica, moldando sua visão sobre a sociedade e suas estruturas. Nóbrega opta por um discurso de denúncia das mazelas regionais e esta ação reforça o estereótipo de inferioridade regional.

Palavras-chave: Nordeste. Discurso imagético. Crônica jornalística.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Temas recorrentes nas crônicas de Francisco Pereira Da Nóbrega, Jornal Correio Da Paraíba (2000-2003).

Tabela 02 - Média de anos de estudo: população com 25 anos ou mais – 1992-2008.

Tabela 03 - Taxa de analfabetismo de indivíduos com idade entre 15 anos e 24 anos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ICFCH - Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

IOCS - Inspetoria de Obras contra as Secas

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras contra as Secas

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

RCTV - Rede Correio de Televisão

TV - Televisão

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB - Produto Interno Bruto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I: NORDESTE/NORDESTINO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	15
1.1 A Indústria da Seca: contexto histórico	19
CAPÍTULO II: CRÔNICA E JORNALISMO	24
2.1 Crônica Jornalística: uma visão do seu contexto histórico	24
2.2 A crônica jornalística: realidade e literatura	26
2.3 O cronista e o jornal: uma análise da atuação de Francisco Pereira Nóbrega no Jornal Correio da Paraíba	31
CAPÍTULO III: AS CRÔNICAS DE NÓBREGA NA CONSTRUÇÃO DO “NORDESTE” E DO “NORDESTINO” SOB O DISCURSO DA SECA: SEU PAPEL NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL	36
3.1 Sobre o cronista	36
3.2 O cenário paraibano sob o discurso da revolta; indícios de continuidades.	38
3.3 O discurso de Nóbrega e a construção imagética do Nordeste	45
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

O Nordeste têm datas de origem, tanto como espaço geográfico, quanto espaço de identidade. A primeira é datada do período do Estado Novo (1937 – 1945), divisão territorial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1940, em que o Brasil ficou dividido em cinco regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-oeste. A segunda provém no Movimento Regionalista de 1926, encabeçado por intelectuais que instituíram o que posteriormente seria conhecido como a “realidade” nordestina. (OLIVEIRA, 2007).

O discurso regionalista atua como parte da produção da identidade regional, e não apenas da busca por sua essência. O Nordeste ficou assim caracterizado como espaço de negação dos elementos da modernidade e a afirmação e conservação dos valores tradicionais.

Para se pensar a região Nordeste enquanto uma construção, uma “invenção”, é preciso perceber que as características que são atribuídas à região não são algo natural, mas um processo histórico em que atuaram diversas forças dotadas de intencionalidade. Os diversos discursos que ao longo da história são proferidos, pelos mais diferentes setores da sociedade, assumem lugar de produção e colaboram para a afirmação da representação do Nordeste.

Nessa perspectiva, como podemos entender as imagens produzidas por Francisco Pereira Nóbrega? Como discursos que reiteram essas imagens ou que as reformulam? Para a realização desse estudo serão utilizadas crônicas escritas pelo referido personagem no Jornal Correio da Paraíba, nos anos de 2000 a 2002.

Neste trabalho, a crônica jornalística é tomada como documento que possibilita a compreensão de determinada realidade social, uma vez que esta fonte se caracteriza como sendo um espaço de memórias, do imaginário e de representação do real. Desse modo será possível traçar um panorama sobre a realidade social em que estava inserido o cronista, e como ele se apropria dessa realidade para emitir uma opinião crítica.

Intelectual de destaque no cenário acadêmico paraibano, Francisco Pereira Nóbrega reflete, por meio de suas crônicas, elementos que resultam das experiências que vivenciou em meio ao contexto da Paraíba da década de 1920. Filho do líder de cangaço Chico Pereira, Nóbrega terá sua infância marcada por muitos conflitos e estas experiências determinarão sua trajetória de vida. Nóbrega teve seu pai assassinado ainda enquanto criança, e assim, teve que conviver com o estigma ligado ao cangaço e para fugir dessa realidade, através de sua família, foi incentivado a estudar e reconstruir sua vida longe do cenário de sua infância. Porém, o que

se pode notar é que tais experiências não serão por ele esquecidas, e ao contrário, constituirão fator decisivo para a formação de sua personalidade enquanto sujeito.

Esta pesquisa assim compreende que diante da sua trajetória, o referido cronista pode-se constituir fonte relevante na análise do processo histórico imagético do Nordeste, uma vez que suas narrativas estão vinculadas ao periódico de maior circulação dentro do Estado da Paraíba e que, portanto, suas narrativas possuíam um alto poder de alcance social. É importante pensar tal discurso tendo como realidade, o fato de que, mesmo com o passar do tempo, as representações de Nordeste e nordestino que foram pensadas inicialmente, em fins do século XIX pelo discurso da “Indústria da seca”, ainda perduram na atualidade através de narrativas que as reiteram.

Originário de Nazarezinho, cidade do interior da Paraíba, nascido em 24 de abril de 1928, Nóbrega atuou também, além de cronista - exercício que se deu nos anos de 1996 a 2007 no Jornal Correio da Paraíba - como escritor e professor. Seus estudos se iniciaram na cidade de Cajazeiras, vindo a ingressar em seguida, no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, onde se ordenou padre. Posteriormente, frequentou a Universidade Católica de Paris, onde realizou os cursos de Literatura e Doutorado em Filosofia; em Roma, na Pontificia Universidade Gregoriana cursou Licenciatura e Mestrado em Teologia. Como professor de Filosofia, atuou no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 1966 a 1968.

No final da década de 1970, integrou-se ao Departamento de Filosofia, vindo a implantar o mestrado em Filosofia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1978. Foi também Coordenador do Curso de Graduação em Filosofia da UFPB. Em 1968 abandona o sacerdócio e casa-se em 1971 com Lígia Aparecida Moura Pereira.

Nóbrega foi membro da Academia Paraibana de Letras, ocupando a cadeira nº 33 a partir de 1981 até a sua morte, em 22 de janeiro de 2007. Como escritor, publicou, entre outras, as seguintes obras: Vingança, Não (1961) - considerado por críticos literários, obra de grande relevância para melhor entender, numa perspectiva sociológica, o fenômeno do cangaço no Sertão nordestino; Rio Seco (1967); Para ler Hegel (1974); A Palavra na Construção do Homem (1982); Balões da Madrugada – Reflexões Existenciais (2003) e Compreender Hegel (2005).

Diante da trajetória vivida pelo cronista, tanto em aspectos social-familiares, como também no conhecimento adquirido através da formação intelectual, é que se percebe a fundamentação da maneira com que enxerga o mundo e realiza sobre este a sua leitura. Tais

leituras se fazem presentes em suas crônicas, por meio de escolha por determinados assuntos como forma de encadear debates.

As crônicas constituem, assim, um material relevante para a compreensão da realidade regional como forma de pensar os discursos de reafirmação, reformulação da identidade do Nordeste e de seu habitante. É a partir, portanto, das suas experiências que torna possível o seu lugar de atuação como cronista e a perspectiva que fundamenta suas crônicas.

Para a realização deste trabalho, portanto, foi efetuada uma pesquisa nos arquivos do Jornal Correio da Paraíba. Contudo, diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa com todo o material produzido pelo cronista, devido ao grande volume de material, discriminou-se, portanto, os anos 2000, 2001 e 2002.

A partir desse recorte foi pensada a sociedade em âmbito estadual e regional enquanto leitura do cronista. Seu discurso é peça-chave para a abordagem da imagem do Nordeste e do nordestino construída historicamente.

Para tanto, este trabalho está assim estruturado: o primeiro capítulo intitulado, “Nordeste/ nordestino: uma construção histórica” apresentará a construção dos estereótipos criados sobre o Nordeste e o seu habitante, levando em consideração a produção histórica elaborada por diferentes narrativas: jornalística, acadêmica, memorialista e imagética. Para esta discussão serão utilizados os livros: “A invenção do nordeste e outras artes” de Durval Muniz de Albuquerque Júnior e “Raízes da indústria da seca, o caso da Paraíba” de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

No segundo capítulo, “Crônica e jornalismo”, serão apresentadas as principais características da crônica jornalística enquanto espaço de produção do conhecimento histórico; será abordada também a importância do jornal enquanto veículo informativo e seu papel social. E ainda, será analisado o Jornal Correio da Paraíba, a sua linha editorial, suas narrativas enquanto auxiliadoras da construção de uma leitura e de uma perspectiva da sobre a região Nordeste e seu habitante, sendo pensada também a atuação discursiva de Nóbrega, como este se coloca diante do seu papel como formador de opinião.

No terceiro capítulo, “As crônicas de Francisco P. Nóbrega na construção do Nordeste e do Nordestino: seu papel na representação da identidade regional” será realizado a análise das crônicas de Nóbrega, identificando como o cronista se apropria da realidade apresentada historicamente acerca da região, como se dá sua leitura e quais fatores determinaram a construção do seu discurso. A ideia de Nóbrega será tomada a partir de estudos realizados por autores que pensam a temática, como por exemplo, Durval Muniz.

CAPÍTULO I

NORDESTE/NORDESTINO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

“Vivemos o desconforto de sermos nordestinos. E mantemos vigília, para salvarmos o que somos do que dizem sermos”.
Jornal Correio da Paraíba; crônica “Ruim da Cabeça” Nóbrega, 17.03.2000.

Historicamente, produziu-se uma imagem da região Nordeste e seu habitante, que tem norteado os discursos que os representam. Não é diferente para o cronista Francisco P. Nóbrega, que na crônica, citada como epígrafe, fala do impacto da representação da região Nordeste sobre a realidade do seu povo, como uma imagem negativa. O discurso do cronista é uma crítica à condição em que se encontra a região, que segundo ele é de escassez econômica, descaso do poder público e ainda a discriminação em relação às outras regiões do país.

Influenciado pelas discussões de Bourdieu (1989), Barbalho (2004, p. 156) escreve que representação não significa “cópia” ou “reprodução do real”, ou seja, ela não é reprodução do real, mas, parte dele, é parte constituinte do mesmo, possui capacidade de elaboração e imposição de sentido. As representações são ações que se configuram a partir dos interesses de grupos ou classes sociais que as criam. Elas dependem da capacidade de atuação de cada agente, de seu poder de produção e imposição. Desse modo, as representações são construções compreendidas a partir da combinação de discursos diversos que vão ganhando corpo de acordo com quem o projeta e o seu objetivo.

Durval Muniz (2011), instigado em entender como ocorre o processo de representação da região Nordeste, volta-se para o estudo dos elementos históricos da elaboração do tipo regional nordestino. O autor aborda tal representação, sua historicidade e sustentação através dos discursos e, discorrendo sobre esse viés, toma como ponto principal o discurso da elite nortista¹. Durval Muniz toma o nordestino como agente atuante no processo discriminatório e construtor de sua própria identidade. Portanto, seu objetivo não é apontar uma imposição dos sujeitos externos, mas uma afirmação dos sujeitos internos na construção e difusão dessa representação.

Para entender o que é o Nordeste é preciso conhecimento sobre seu processo histórico, pois, ele é determinado não apenas por especificações geográficas, mas por práticas que

¹Até a década de 1920 não se podia falar em Nordeste enquanto espaço identitário. Tal definição ocorre somente em meados da década de 1920 em paralelo ao movimento desencadeado no Sudeste com a Semana de Arte Moderna, que constrói uma tradição e uma identidade para a região Nordeste e para o nordestino. (FERREIRA, 2008).

visavam à construção de sua identidade. São discursos de diversos setores da sociedade e de movimentos com interesses econômicos, políticos e histórico-culturais que vão se formando em torno da construção de uma representação para a região Nordeste.

No início do século XX, no cenário mundial e também no Brasil, configuravam-se diversas transformações, resultado do processo de industrialização após a 1ª Guerra Mundial. Nesse momento há uma aproximação das nações. No Brasil, surgiu a necessidade da construção de uma cultura moderna e independente que expressasse a originalidade do país, e conferindo-lhe uma identidade nacional, que não fosse uma extensão da cultura europeia.

Assim, o Movimento Modernista primária pela valorização da cultura nacional. A Arte Moderna vai exercer um papel importante nesse momento: ela vai tomar sobre si a responsabilidade de encontrar essa identidade nacional através da abordagem artística de temas que refletissem a cultura do Brasil.

A Arte Moderna desabrocha num momento de embate entre classes sociais, a luta pelo poder entre a nova classe emergente brasileira, a classe industrial, e a antiga aristocracia. Uma disputa pela visibilidade. (AGRA, 2004 apud ALBUQUERQUE, 2012, p. 03).

A arte será assim utilizada como meio de conquista de poder. Nesse embate, a burguesia industrial começou a se destacar e suas iniciativas objetivavam consolidar um espaço que representasse o progresso da nação que configurasse um modelo para todo o país: este lugar era, portanto, São Paulo.

O Movimento Modernista, desencadeado pelas artes, buscava uma identidade para o Brasil por meio da valorização da cultura nacional. A partir dessas ideias, a imagem do Nordeste emerge enquanto espaço intocado pela modernidade, arcaico, o que fortalece a imagem de São Paulo como sinônimo de progresso (ALBUQUERQUE, 2012, p. 05). O Nordeste é tomado pela Arte Moderna como tema, sendo o oposto da cultura europeia e que, portanto, apresentava grande diferença em relação a São Paulo.

O regionalismo que vai surgir daí não vai somente diferenciar uma região da outra, mas vai colocar as duas regiões, Norte e Sul, como antagônicas, como extremamente opostas. Eleger um símbolo de brasilidade que fosse o contrário daquilo que era a Europa moderna. Criar e exagerar características para marcar melhor o contraste e assim maximizar o efeito de distanciamento entre uma e outra região, principalmente Sul x Norte, ou seja Sudeste x Nordeste. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 05)

Pelo discurso Modernista, o Nordeste e o nordestino, são constituídos por variadas características com poder de instituir a “verdade” sobre a região e seu habitante como lugar da seca, do atraso, do fanatismo religioso, dos coroneis, do cangaceiro, dos ignorantes, dos inocentes.

Diante das mudanças e transformações vivenciadas no cenário nacional, as várias regiões, mesmo as mais distantes do sul do país, também reagiram a esse processo. E é assim, desencadeado o Movimento Regionalista. A realidade cultural do Nordeste foi, dessa maneira, formada a partir da articulação entre o modernismo e o regionalismo, embate entre modernismo e tradicionalismo. (FERREIRA, 2008).

O Movimento Regionalista é, dessa forma, um caminho para percepção e representação dos espaços regionais do Brasil, atentando para suas particularidades como modo de identificação e individualização regionais com o intuito se conceber a identidade nacional. Sobre o Movimento Regionalista, Durval Muniz afirma:

O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico, que desfiguraria uma pretensa essência do Nordeste ou de outra região. O discurso regionalista não mascara a verdade da região, *ele a institui*. Ele, neste momento, não faz mais parte da mimese da representação que caracterizava a *epistême* clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade este discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. (ABUQUERQUE JR. 2011, p. 62)

No discurso regionalista, a representação institui, portanto, a realidade, e não pretende ser a reprodução da mesma. Desse modo, o Nordeste surge como lugar diferente, inalterado culturalmente e que conserva a essência do que é ser de fato o Brasil, pois é o oposto do encontrado nas grandes metrópoles que estão sob a influência da Europa, a exemplo de São Paulo. A imagem do Nordeste vai sendo construída em contraposto à modernidade dos grandes centros. A maneira como são abordados os elementos culturais do Nordeste serve como fator limitador da representação e da forma como é vista a região. (ALBURQUEQUE JR, 2011).

Esse processo enfatiza os elementos diferenciadores entre as duas regiões, Norte e Sul. Aquele, visto como espaço de tradicionalismo revela-se arcaico, atrasado, rural e pobre; este é visto pelo contrário, sinônimo de moderno, industrial e rico.

A representação criada para o Nordeste pelos intelectuais vai à contramão da modernidade e é apresentado um espaço que reage negativamente ao processo de modernização, como forma de resguardar sua história e tradição.

O Nordeste, como região de atrasos e tradicionalismos, gera sujeitos que estão sempre em lugar de desvantagem que são vítimas incapazes de se autogerir mediante as mudanças que ocorrem na sociedade. Resultado disso, o banditismo e o cangaço, que representam sinais que atestam,

as conseqüências perigosas das secas e da falta de investimentos do Estado na região, de sua não modernização, adquire uma conotação pejorativa que vai marcar o nortista ou o nordestino com o estigma da violência, da selvageria. O cangaço só vem reforçar essa imagem do nortista como homem violento e do Norte como uma terra sem lei, submetido ao terror dos "bandidos e facínoras", além da violência de suas "oligarquias". (ALBUQUERQUE JR. 2011, p. 74 - 75) (sic.)

O Nordeste, de homens violentos, selvagens, é também o cenário da miséria imposta pela seca, “de espaço em espaço surge o deserto árido e triste e sobre ele se arrastando longos, esguios e sinuosos os caminhos feitos pelos pés dos homens e pelo rastro dos animais, esqueléticos, movendo os ossos num ruído desencontrado”. (*OESP*, 4/2/1927 Apud Muniz, 2011). Essa imagem é a contraposição da realidade da região Sul que é pensada como sinônimo de fertilidade, de desenvolvimento, de civilização e de moralidade.

De acordo com Durval Muniz, a representação, os estereótipos, da região Nordeste e o nordestino é fruto do discurso científico somado ao saber popular que se entrecruzam e ganham dimensão de constituir a imagem da identidade regional. A identidade do Nordeste é na verdade uma construção intencional forjada mediante um campo de forças e interesses políticos, com discurso determinista capaz de gerar um sentimento de inferioridade, cultivado culturalmente, um Nordeste subordinado e dependente.

Cada discurso regional presente no início do século XX se coloca como o discurso oficial do país, enquanto que o do outro é visto com inferioridade. O discurso sulista, ao mesmo tempo em que é em desfavor ao Nordeste, dando a este ideia de atraso, é também uma afirmação da superioridade cultural do sul².

Os relatos de viagens feitos por jornalistas sulistas e viajantes, por vezes, traçam sobre o Nordeste uma imagem entre o que se vê e o que se diz. Porém o dizível é uma afirmação do

² Esse processo chama-se alteridade. Quando ao construir o não ser, instituo para mim o meu lugar de identidade. Ou seja, meu papel, minha identidade é forjada na construção do outro. Essa dinâmica constitui o exercício de alteridade, e nela a produção de uma identidade (nacional ou regional) (CARVALHO, 2008).

discurso que busca legitimar o sul como realidade do Brasil, e estes agentes não consideram o visível. O Nordeste passa a ser definido por elementos que teriam maior poder de caracterização. Esses aspectos tem por objetivo a instituição de uma nova ordem para a região, e esta acontece no contexto da coletividade, em que a sociedade também atua no processo.

A literatura, as músicas, as pinturas, os noticiários e a mídia vão moldando a imagem da região a partir do cenário da seca. Com o objetivo de “denunciar”, “salvar” a região, porém, servem na verdade como reforço para a ideia de inferioridade da regional, e restringe algo grandioso e diversificado como a cultura nordestina, a uma imagem estática. Dessa forma a cultura, o habitante, a paisagem, todos têm características definidas, imutáveis.

É preciso perceber que as forças discursivas na elaboração e manutenção da representação imagética do Nordeste são realizadas por forças político-culturais e não resulta simplesmente da combinação de elementos naturais. A construção imagética da região Nordeste relaciona-se, diretamente, a criação da “Indústria da seca”.

1.1 A Indústria da Seca: contexto histórico

O surgimento da Indústria da seca data a partir de fins da década de 1870, tendo por discurso um cenário regional castigado pela pobreza e por mazelas. Esse discurso foi utilizado pela classe política da região para promover ações do Governo Federal em ajuda aos flagelados da seca. Ferreira (1993, p.72) aponta que a origem da Indústria da seca está estruturalmente ligada a três fatores: a crise econômica da região Nordeste de muitos anos; o modelo político onde o Estado tinha por iniciativa atender aos interesses privados, esquecendo-se da população; e ainda, a articulação de um lobby para levar recursos para o Nordeste.

Durante o Governo Imperial a ajuda ao Nordeste surgiu a partir de uma ação denominada de "socorros públicos", comissões de caráter unicamente assistencialista, quase caritativo, por meio da distribuição de alimentos e de remédios entre os anos de 1877/79 e 1903/1904. Os estudos realizados no século XIX apontam para a natureza da maioria das obras construídas na época, que tinham como objetivo o fortalecimento da economia de grupos elitistas, deixando de lado a esfera produtiva e ainda a prevenção contra os efeitos da seca. A origem da Indústria da Seca se dá, portanto, no período de 1877/79.

Essa indústria pode ser visualizada em dois níveis: o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e por um nível mais amplo, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguir investimentos governamentais na região. (FERREIRA, 1993, p. 61)

Segundo Palheta (2011) a criação desse órgão sustentava-se na necessidade de se pensar políticas de assistência à população atingida pela seca, como por exemplo, a construção de reservatórios como represas e açudes e desenvolver trabalhos remunerados com essa população, entre outras melhorias. Porém Ferreira, (1993) no trecho acima, revela que tais práticas ocorriam em beneficiamento de grupos que ocupavam o poder. Esses grupos de posse dos recursos tratavam de beneficiar a si mesmos e aos seus.

Passado o Regime Monárquico e chegada à República, as denúncias dos desvios dos recursos e apropriação indevida dos gêneros alimentícios continuaram, pois, pouco se teve mudanças no quadro político. Essas denúncias apontavam as Comissões como sendo irresponsáveis. As Comissões de Socorros distribuíam os gêneros por "afeição e politicamente" (GAZETA DA PARAHYABA, 27.40.1890 apud FERREIRA, 1993).

Segundo palavras de Adolfo Afonso da Silva, presidente do Rio Grande do Norte:

Fez-se do socorro público um meio de arranjos eleitorais; estabeleceram-se comissões em todos os pontos do Estado, formadas com amigos particulares do Governo, às quais eram entregues grandes somas de dinheiro e grandes quantidades de farinha de mandioca, para distribuírem a seu bel prazer. O socorro era um socorro aos amigos, e até hoje ainda não se fiscalizou verdadeiramente as despesas feitas com este serviço. (GORDO, 08.02.1890 apud FERREIRA. 1993, p.70).

Para a referida autora, a tomada de projetos em apoio às vítimas da seca beneficiava a elite regional através da melhoria econômica de grandes proprietários. As oligarquias que controlavam a máquina administrativa, por meio das negociatas e/ou do empreguismo, desviavam os recursos advindos do Governo Federal para beneficiamento de elites que usufruíam dos recursos econômicos e políticos dos socorros públicos. Era o aproveitamento dos recursos financeiros vindos do governo, que por meio dessas verbas garantiam a manutenção política de seus grupos no poder. Os altos investimentos e a má aplicação dos recursos tornavam a problemática da seca um caminho inviável. Passavam-se os anos e o dilema continuava, pois as ações governamentais eram de caráter emergencial, fragmentado e descontínuo, ações que alimentavam cada vez mais a Indústria da seca. (SILVA, 2003).

Em 1909, no Governo de Nilo Peçanha, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas que a partir do Governo de Epitácio Pessoa sofreu reformulações em sua política dispondo de mais recursos para as obras da Região. Em 1919 a IOCS, passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

Estes órgãos de combate à seca atuavam por meio das comissões de socorros públicos. O objetivo desses órgãos era dotar a região de infraestrutura que atenuassem os efeitos das estiagens. Mas porque não funcionou? Em grande medida, de acordo com as pesquisas feitas por Ferreira (1993) e Palheta (2011), o nível instável da política nacional para com a região; as próprias oligarquias que, apesar de propalar a necessidade de solução para o problema, foram as principais responsáveis pela manutenção da situação, das apropriações indevidas, que colocavam entraves às desapropriações previstas nos projetos da Inspetoria.

No final do ano de 1945, a IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e através deste órgão se promoveu a construção de açudagem, o que possibilitou o aproveitamento de águas armazenadas para irrigação. (VIDAL, 2001).

A política de açudagem desempenhada pelo DNOCS construiu somente no Estado da Paraíba 21 açudes públicos e 26 açudes em sistema de cooperação (em que prêmios eram oferecidos a ações particulares) e nas áreas afetadas pela seca, totalizando 44 açudes públicos e 256 em regime de cooperação³. Além disso, destacou-se também em propostas de rodovias e ferrovias; construiu uma significativa rede de estradas não pavimentadas no polígono das secas, gerando melhor mobilidade na circulação e transporte do algodão cultivado em médias e grandes fazendas. A construção das estradas também favoreceu a chegada da assistência governamental às populações atingidas em tempos de calamidades.

As obras do DNOCS não apresentaram grandes impactos na estrutura econômica regional por não possuir uma dinâmica capitalista, o que impossibilitava transformações de fato no seu campo de infraestrutura. O eixo econômico estatal encontrava-se sobre áreas do centro-sul do país onde nesse espaço vigorava a ação de promoção do capitalismo moderno. Esse movimento ocorria em detrimento das outras regiões. Tal prática culminou no

³ Fonte: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Barragens no Nordeste do Brasil: experiência do Dnocs em barragens na região semi-árida. Fortaleza: Dnocs, 1982. p. 137-154 apud VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo – Salvador. (VIDAL, 2001, p. 76 – 105).

alargamento das desigualdades do Nordeste, sendo ainda agravado pela atuação das classes oligárquicas regionais. (VIDAL, 2001).

Sobre estas políticas realizadas na Primeira República, pode-se afirmar que eram poucas as de prevenção do problema das estiagens e resumiam-se à estratégia de abastecimento de água do semiárido por meio da construção de grandiosas obras de açudagem e infraestrutura. O que estava em jogo na realidade era a potência dos interesses oligárquicos. Portanto, a raiz do problema não estava nos recursos públicos destinados ao Nordeste, mas, na concepção sociopolítica dada ao fenômeno das estiagens.

O discurso de combate à seca revela a natureza, não de enfrentamento do fenômeno, mas, de término da seca, como se a ação fosse possível.

“[...] embora não se possa desprezar sua importância no conhecimento acumulado sobre as condições físicas e climáticas da região ao longo do tempo, jamais foram efetivas no enfrentamento do principal problema decorrente da estiagem prolongada: o da criação de condições de trabalho e, portanto, de geração de fontes de emprego e renda em níveis mínimos e permanentes para a grande massa de pessoas que habitam os sertões nordestinos.” Khan et al. (2005, p. 246 apud MATOS, 2012)

O pensamento que se formou da região Nordeste durante o século XIX descrevia uma realidade determinada por elementos naturais ou geográficos e não levava em consideração fatores de ordem social, político e econômico (VIDAL, 2001).

descrição da problemática climática, a seca e os seus efeitos socioeconômicos, combatidos e corrigidos via infraestruturas hídricas, ou seja, desfocando as problemáticas dos reais mecanismos estruturais, criadores e reprodutores da concentração do poder e da riqueza, cujos expoentes, concentração fundiária, domínio sobre a água armazenada, e outros monopólios ficaram escamoteados pela presença fatídica da seca (CARVALHO, 2011, p.61 apud SOUZA, 2015, p.04).

É importante lembrar que iniciativas do Estado na formulação de políticas públicas para o crescimento econômico e o fortalecimento produtivo do Nordeste esbarravam na manipulação exercida por políticos/latifundiários que definiam o processo de modernização e industrialização ocorridas nesses espaços, caracterizando-o como restrito, seletivo, controlado de modo a manter os padrões hierárquicos da sociedade vigente.

Pensando no processo de construção imagética em torno da região, tem-se a atuação da mídia como elemento importante para a difusão das ideias. Os grandes noticiários enfatizavam a seca, o drama da população vivendo a miséria da falta de chuvas, um discurso

de valorização de uma inferioridade regional pelas suas estruturas hídricas e como bem cita Carvalho (2011), desconsiderava-se a falta de políticas públicas, resultado da ausência do Estado.

A mídia atua como agente social e é capaz de dar visibilidade, fazer aproximações e proporcionar o diálogo entre os variados discursos das diferentes esferas da sociedade, elaborando e construindo a realidade (LOPEZ, 2010). Nesse sentido, a atuação do Jornal Correio da Paraíba, por meio das crônicas de Nóbrega, representa a realidade e atualidade ressignificadas através da leitura realizada pelo cronista. No caso específico da crônica jornalística, ela vai apresentar uma abordagem historiográfica com características que vão diferenciá-la do jornalismo tradicional. Estas questões configuram a análise realizada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

CRÔNICA E JORNALISMO

2.1. Crônica Jornalística: uma visão do seu contexto histórico.

O termo **crônica** advém do grego “chronos” e tem ligação com o tempo “primeiramente histórico de narrativa linear de acontecimentos e posteriormente jornalístico, sofrendo da efemeridade do gênero” (BASTOS, 2006, p. 18). Desde a Idade Média, quando o termo era usado para a narração detalhada de acontecimentos, passando pelo Renascimento, com mudanças na estética, o termo passou a “história”. O termo ‘crônica’ foi retomado no século XVIII e foi nesse período que as crônicas começaram a ser publicadas em jornais. Originalmente a crônica pretendia registrar ou narrar os fatos e suas circunstâncias cronologicamente ordenadas. Com o passar do tempo, a crônica brasileira foi, gradualmente, distanciando-se daquela crônica com sentido documentário originária da França; Passou a ter um caráter mais literário, incorporando uma linguagem mais leve com elemento da poesia.

No Brasil o grande nome que modernizou o modo de fazer a crônica foi Paulo Barreto, pseudônimo de João do Rio. Segundo Coutinho (1971, p. 116 apud BASTOS, 2006, p. 10) sua obra é considerada “a mais ousada tentativa para elevar a crônica à categoria de um gênero não apenas influente, mas também dominante”. Bastos (2006, p. 10) afirma que as crônicas de Barreto são a junção perfeita de jornalismo e literatura ”João do Rio acreditava que a crônica poderia ser o espelho capaz de guardar imagens para o historiador futuro”. Dessa forma ele construía sua impressão do real através da leitura dos acontecimentos da contemporaneidade.

A crônica, como forma de pensar a história, ocorreu a partir de 1970, quando houve a ampliação do campo historiográfico e de suas fontes trazendo novos objetos e problemáticas. Nesse contexto, o jornalismo e a literatura, que antes eram pouco valorizados, ganham maior notoriedade, passando a constituir-se como fonte privilegiada, de narração do vivido, abrindo possibilidades diferenciadas para a construção histórica no contexto da atualidade.

Mesmo diante dessa nova realidade e de contar com um número significativo de jornais e jornalistas, a historiografia ainda resistia em recorrer a essas fontes para a escrita da história. Isso ocorria, por exemplo, devido ao tradicionalismo histórico, herança do século XIX e início do século XX, a busca “pela objetividade, neutralidade, fidedignidade,

credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo”. (LUCCA, 2005).
E nesse sentido:

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCCA, 2005, p. 112)

A crítica a esse posicionamento surge com a chamada Escola dos Annales na década de 1930, o que não significou o reconhecimento da imprensa na produção histórica. Isso de fato somente ocorreu em fins do século XX, com a terceira geração dos Annales, que propunha a renovação dos temas, as problemáticas e os procedimentos metodológicos da disciplina. O surgimento de novas disciplinas, a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, também provocaram mudanças importantes, sendo que “incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar” (LUCCA, 2005, p. 112).

A renovação temática abriu espaço para o historiador pesquisar sobre diversos assuntos que antes eram ausentes no campo da História, como, por exemplo, o cotidiano. Além da ampliação do campo de pesquisa, há um enfraquecimento da História total e surge um interesse crescente pelo episódico. Essas mudanças trouxeram nova concepção de documento e seu modo de análise.

Outro aspecto relevante ao lado da Nova História, “a profunda renovação do marxismo (...) o abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas” (LUCCA, 2005, p. 113). Aqui surge também a proposta de E. P. Thompson, a História vista de baixo, a História na perspectiva dos vencidos dando visibilidade a grupos e camadas sociais antes desconsiderados, o que significou o fortalecimento da História cultural.

A partir dessas novas perspectivas, o campo da produção historiográfica estende-se, ganha novos rumos e amplia-se, dando espaço para se incorporar a pesquisa de novos tipos de documentos. Aqui, o olhar sobre a fonte de pesquisa se modifica e o historiador passa a questioná-las, buscando uma interpretação dessa fonte e não apenas a sua reprodução como antes se fazia. É nesse momento que o jornalismo adentra o campo da historiografia. A

subjetividade que antes era contestada pela tradicional historiografia, passa a ser a principal via de pesquisa do historiador, e, partindo da análise da fonte, é possível compreender os sujeitos e seu campo histórico de atuação. A História Cultural deu impulso à utilização de jornais como fonte histórica. O jornalista passa a ser entendido e estudado enquanto construção social ao invés de ser espelho dessa realidade.

2.2. A crônica jornalística: realidade e literatura.

A crônica jornalística resulta da junção entre jornalismo e literatura. Sua construção se dá a partir de circunstâncias cotidianas. A crônica, como gênero, é “uma narrativa que tem independência estética não se limitando apenas aos preceitos da literatura ou do jornalismo” (PEREIRA, 1994, p. 150 apud NUNES, 2005, p. 04).

Para caracterizar a crônica é mister ressaltar de um lado a sua natureza literária, e do outro a natureza ensaística. Pelo primeiro traço, ela se distingue do jornalismo, o que é importante, porquanto a crônica é um gênero literário mais ligado ao jornal; mas, enquanto o jornalismo (artigos, editoriais, tópicos) tem no fato o seu objetivo, seja para informar divulgando-o, seja para comentá-lo dirigindo a opinião, para a crônica o fato só vale, nas vezes em que ela o utiliza, como meio ou pretexto, de que o artista retira o máximo partido, com as virtuosidades de seu estilo, de seu espírito (de ‘finesse’), de sua graça, de suas faculdades inventivas. [...] A integração da crônica se dá quando ela atinge a transcendência literária. Então ela se torna um gênero literário autônomo, tal como ocorre na literatura brasileira, em que ela substitui o *essay* dos ingleses. (COUTINHO, 1971, p. 122-123 apud BASTOS, 2006, p. 15).

Entende-se, portanto, que a crônica é um texto diferente dos demais que estão inseridos no jornal devido a sua independência, onde o cronista se torna o responsável pelas ideias que defende. Texto rápido, com linguagem clara, a crônica pode ser política, trágica, irônica ou humorística, uma vez que ela é a escolha de um tema que pode ser sério ou trivial, que será transformado em discussão. Sobre a compreensão da natureza da crônica jornalística, Bastos (2006) afirma que:

Embora existam críticas à crônica por seu caráter efêmero e por atestar fatos deformados segundo seu narrador, é considerado que ela metamorfoseou-se e se instalou no periodismo. Contudo, diz-se que ela não perdeu sua essência, constituindo-se repositório que permite avaliar as concepções apresentadas pelo cronista. A crítica parece também se equivocar ao considerar tão somente a matéria-prima verbal sem distinguir jornalismo de literatura, e, dessa forma, não seria lícito comparar a crônica jornalística ao texto poético. (BASTOS, 2006, p. 13).

A relação entre jornalismo e literatura assume uma linha bastante estreita, e poderá até mesmo causar desconfiança pelo fato do cronista imbuir-se de subjetividade na escrita de seus textos e isso ser considerado um 'desvirtuamento' do fato real para a incorporação de elementos ficcionais. Entretanto, é inegável sua relação com aspectos históricos provenientes da sua atenção para com o cotidiano.

A crônica jornalística possui aspectos históricos que comportam realidade e ficção e não pretende ser puramente objetiva, apresentando elementos da narração ficcional, sendo que a partir de um pequeno fato cotidiano é possível ao cronista discorrer acerca do assunto reorganizando e redimensionando os fatos de acordo com sua subjetividade, apresentando novas maneiras de interpretação (BASTOS, 2006).

É possível a este gênero, recriar o real, numa “caça interminável por conquistar a genialidade a cada texto. Os autores teciam as crônicas na tentativa de imprimir no leitor a ideia-simulacro de que todos fazem parte de uma grande reportagem da vida real”. (SCHEIBE, 2013, p. 07), e isto ocorre pela presença da literatura que confere ao fato real, inspiração poética.

A crônica jornalística, no entanto, tem duração efêmera, devido ao jornal ser feito geralmente para durar apenas um dia. Lido o jornal perde sua importância, sendo substituído no dia seguinte e assim sucessivamente. Portanto, a efemeridade do jornal, em alguns casos, pode afetar a crônica. Este gênero tem uma ligação estreita com o tempo, “porque é escrita às pressas, para um leitor também apressado, cujo assunto geralmente é algo factual” (SCHEIBE, 2013, p.07). A crônica, desse modo, é pensada para atender a esse ritmo, ela proporciona ao leitor a ampliação de sua visão sobre os acontecimentos cotidianos de forma leve, simples e rápida.

A crônica surge quase que em oposição ao jornalismo noticiário que procura apresentar ao leitor uma narrativa concisa, clara e dotada de imparcialidade. Ela, no entanto, não pretende ser a totalidade e conclusão dos fatos, mas, uma problematização do real, conflitando dessa forma com a pretensa “veracidade” estabelecida pelo jornal. A crônica constitui-se dos fatos e da atualidade explorando sua “provisoriedade, concretude e singularidade para, simultaneamente manter e ultrapassar esses elementos”. (FERRON, 2009, p. 05).

A crônica, portanto, é um espaço em que o jornal “entra em tensão com o que não é informação nem transitoriedade, o que torna algumas crônicas aparentemente incompatíveis

com a modernidade do jornal, que significa rapidez e superficialidade.” (ARRIGUCCI JR.1987. apud FERRON, 2009. p. 05)

Nesse sentido a crônica busca a superação da efemeridade dos relatos jornalísticos, conferindo complexidade ao jornalismo e personalidade aos acontecimentos narrados. É, portanto, a partir de tais características particulares, que estas fontes são relevantes para a pesquisa histórica que tem como objeto de pesquisa o cotidiano.

Atualmente, o estudo de crônicas jornalísticas como principal fonte de pesquisa historiográfica tem sido utilizado por muitos pesquisadores. A abordagem da crônica jornalística na perspectiva da história é tema de estudo realizado por Claércio Ivan Scheneider intitulado, “Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?” (2011). O autor discorre sobre a problemática envolvendo o uso da crônica jornalística como “documento” para o estudo do cotidiano, como tal fonte pode servir de subsídio para uma compreensão de uma dada época no futuro, e, para tal, realiza uma análise das singularidades do cronista e da história do cotidiano, suas características, enquanto texto jornalístico. Segundo tal pesquisa, a crônica fornece subsídios, tendo como características a boa escrita, a linguagem clara.

Radamés Vieira Nunes (2005) aborda a relação entre a literatura e o jornalismo, tendo como fonte, crônicas de Carlos Heitor Cony. Esta é uma proposta que busca, por meio da interdisciplinaridade, analisar o cotidiano brasileiro. A crônica é entendida no referido trabalho, como um misto de jornalismo e ficção que resulta da junção entre jornalismo e literatura, produzida substancialmente sob as circunstâncias cotidianas de seu contexto histórico.

As crônicas de Cony, analisadas por Nunes, revelam motivações, revoltas, alegrias opiniões, reflexo de:

Um momento de mudanças no contexto político, e principalmente de profundas transformações no que diz respeito ao cotidiano cultural e social do Brasil como as mudanças de valores, a aceleração do tempo, o desenvolvimento tecnológico, a globalização e outros fatores característicos da modernidade que redefiniram o dia-a-dia do próprio escritor, não obstante de todo o povo brasileiro, das últimas décadas do século XX. (NUNES, 2005, p. 01)

Portanto, por meio da crônica, ao pesquisador é possível colher informações relevantes de determinado momento histórico, por meio da visão do cronista. Nunes analisa ainda as particularidades do cronista, como ele enxerga o cotidiano e quais as características que sua obra apresenta. Ele percebe, portanto, que o eu do cronista se fazia operante nas crônicas. As

opiniões sobre a sociedade em que estava inserido passavam pelo filtro de suas experiências pessoais. A reconhecida subjetividade presente nas crônicas confere a narração do fato, a ótica de cada escritor, levando em conta suas memórias, experiências, valores e atitudes (SCHEIBE, 2013).

As crônicas escritas por Nóbrega, tomadas por análise neste trabalho, são assim pensadas como resultantes de seu processo de formação pessoal. Suas opiniões não são inócuas, do contrário, revelam motivações, intencionalidades que fazem com que determinadas temáticas sejam tomadas por discussão. O estudo do pensamento de Nóbrega sobre a realidade do contexto atual e a sua disposição em debater temáticas históricas referentes à região Nordeste são compreendidos por esta pesquisa como sendo fruto de sua visão interpretativa, que se dá mediante sua subjetividade. O cronista é assim compreendido enquanto indivíduo gestado por determinações sociais, políticas e culturais.

Na visão de Bastos (2006), para tomar a crônica jornalística como documento para a análise da história, é necessário, portanto, identificar procedimentos metodológicos que possam atender “à representação e à recuperação das informações”. A autora parte do sentido científico de que “analisar a crônica jornalística seria desconstruí-la e reconstruí-la, isto é, descrevê-la para obter um conjunto de elementos distintos” (BASTOS, 2006, p.11).

Para Margarida de Souza Neves, é possível considerar a crônica na investigação histórica como:

(...) “documento” na medida em que se constitui como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações. “Documento”, portanto, porque se apresenta como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. “Documento”, nesse sentido, porque imagem de nova ordem. “Documento”, finalmente, porque “monumento” de um tempo social (...). (NEVES, 1992: p. 76 apud SCHNEIDER, 2011: p.2)

Sendo assim, a crônica tem sentido de interpretação crítica de um dado momento histórico, onde o cotidiano é, principalmente, fonte de produção de saber, visto que, é nesse espaço que se realiza concretamente a história nas suas variadas dimensões. Assim, o acontecimento torna-se um produto do cotidiano. A crônica por ser “um campo textual próprio, oferece possibilidades expressivas que nenhum outro gênero proporciona.” (PINTO, 2005: p. 12). Ela assim possibilita a tradução do cotidiano pela ótica do escritor, que representa, cria imagens, discute ideias para analisar e construir suas concepções sobre a sociedade e seu espaço.

A ligação do cronista com o jornal é limitada. A crônica possui um espaço delimitado que confere ao autor certo distanciamento do periódico. Dessa forma, o posicionamento crítico do autor é de sua responsabilidade (SCHNEIDER, 2011). A crônica é um diferencial dentro do jornal, em meio a tantas informações rígidas, pois ela vem a ser um descanso para o leitor, ao surgir de fatos simples do dia a dia, entretanto com uma linguagem estruturada entre a ambiguidade e a pluviosidade, e, construção verbal limitada entre o formalismo e a literatura. O cronista na sua descrição e interpretação de determinado fato, pode por meio de uma análise detalhada revelar quais fatores, quais elementos movem sua escrita, e é possível ao cronista “reorganizar e redimensionar os fatos subjetivamente, oferecendo novos ângulos de interpretação” (KAIMOTE, 2004 apud Bastos pg. 13). Não se pode desconsiderar a subjetividade do cronista ao tê-lo apenas como algo negativo, mas como algo que pode acrescentar na análise do fato. De modo que o discurso do cronista também é um campo a ser analisado. Para a análise da crônica é preciso adentrar o universo do cronista, sua biografia, aprofundar-se no subjetivo e pessoal do cronista, buscando uma transparência para que se consiga um resultado satisfatório para a pesquisa.

Durante muito tempo, a natureza ideológica dos jornais impossibilitava-o à pesquisa, como visto no início deste capítulo. A intencionalidade desses periódicos é revelada através da sua elaboração, escolha de imagens, texto, aspectos, assim, “historicizar a fonte requer ter em conta, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (LUCCA, 2005, p. 132). O jornal é assim, intencionalmente produzido a partir de interesses e possui funções sociais específicas. Por isso, para utilizá-lo como fonte histórica é preciso estar atento aos seus aspectos como um todo, não se pode desprezar informações nele presentes, pois elas podem relevar o que um estudo superficial não o faria.

No século XX, os jornais inseriram-se no setor do mercado do capitalismo. Isto ocorreu depois que ele deixa os moldes artesanais e passa a ter por finalidade a obtenção de lucro (LUCCA, 2005). A intencionalidade que caracteriza os jornais é percebida desde os primeiros periódicos, que tinham por objetivo:

[...] informar os brasileiros do que se passava no mundo, para influir sobre seus espíritos direcionando-os no sentido das idéias liberais, para chamar a atenção para o caráter daninho do Absolutismo ou de qualquer forma de despotismo que Hipólito escrevia. Por isso boa parte do jornal era dedicada a comentar e a criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos. (LUSTOSA, p. 17, 2003 Apud LUCCA, 2005. p.133)

Percebe-se assim, que a intenção da imprensa nesse período reside na necessidade de moldar e formar comportamento. Nessa perspectiva, Lucca (2005) afirma que a imprensa desempenhou um papel importante na tomada de decisões políticas como a Independência, a Abdicação de D. Pedro I, a Abolição e a República. Isso demonstra a influência que os jornais possuem através de seus discursos e como eles tem o poder de atuar e interferir na realidade em que se insere. Desse modo, o jornal impresso ajuda a construir a história social, política, cultural, econômica da realidade que explora.

Nessa perspectiva, pensando a atuação dos jornais na construção imagética da região Nordeste, nota-se que tiveram um papel importante. Isto se refere tanto à imprensa de outras regiões do Brasil quanto à imprensa do Nordeste, a exemplo do Jornal Correio da Paraíba. As abordagens referentes ao Nordeste por meio destes periódicos constituem-se como a confirmação de uma imagem já estabelecida (ALBUQUERQUE JR, 2001 apud LOPEZ, 2010, p. 16).

2.3. O cronista e o jornal: uma análise da atuação de Francisco Pereira Nóbrega no Jornal Correio da Paraíba

A imprensa pode ser considerada enquanto espaço de construção de sentidos de um dado fato real. Sua função é tornar os fatos públicos, informando, explicando, esclarecendo e isso ocorre a partir das representações dos acontecimentos (LOPEZ, 2010). Portanto há uma ressignificação do fato. No caso do Nordeste, sua realidade, através dos noticiários do Jornal Correio da Paraíba, Lopez (2010) chama a atenção para o fato de o periódico privilegiar:

[...] o processo de produção de sentidos em torno dos aspectos fatalistas do Semiárido, uma vez que estes são apresentados com maior destaque e proeminência. Assim, a estigmatização da seca, por intermédio de matérias de catástrofes e calamidades, é hierarquicamente priorizada diante do discurso midiático sobre o Nordeste Semiárido. (LOPEZ, 2010, p.12)

O Jornal Correio da Paraíba, parte do Sistema Correio de Comunicação, que ainda conta com a TV Correio, RCTV (Rede Correio de Televisão), Portal Correio, Jornal Já, Revista Premium e algumas emissoras de rádio presentes por toda a Paraíba (AZEVEDO, 2016), tem um alto alcance dentro do Estado. Atualmente, o Jornal Correio da Paraíba tem

como proprietário, Roberto Cavalcanti. O empresário e político é proprietário do Sistema Correio de Comunicação.

Foi fundado por Teotônio Neto com auxílio de Afonso Pereira em 05 de agosto de 1953. Suas redações localizam-se em João Pessoa e Campina Grande e está entre os principais jornais do Nordeste. Ele aborda assuntos relacionados à política, cultura, economia, cidades, esportes e edições especiais.

Durante a Ditadura Militar, sua atuação se revelou exemplar na abordagem dos fatos, apresentando “variedade de opiniões e liberdade de pensamento” e em que por meio de suas matérias publicadas, propiciava, “questionamento e o esclarecimento verdadeiro dos fatos” (CALADO, 2007). Desse modo, o Jornal Correio da Paraíba nesse período pode ser considerado “o melhor jornal da Paraíba, em termos de independência político-ideológica” (ARAÚJO, 1986 apud CALADO, 2007).

Durante a década de 1970, o Jornal apresentou uma baixa na qualidade editorial, fruto de problemas financeiros.

Ainda na década de 1970, outro fato mensurável da história do Correio diz respeito à publicação de trabalhos de escritores paraibanos, em folhetins. Dois romances de Fernando Silveira: “O Cangaceiro” e “A Cabeça de João Pessoa” foram publicados em formato de folhetins, pelo Correio. Em 1973, o Correio da Paraíba lançou o suplemento “Correio do Sertão” que prestigiava as notícias do interior da Paraíba. (Calado, 2007).

O Jornal Correio da Paraíba, ao longo de sua história, buscou renovar-se e incorporar a sua produção elementos que pudessem garantir o lugar de maior destaque no setor jornalístico do Estado. Um fato que marcou sua história foi o assassinato do sócio-proprietário Brandão, no dia 13 de dezembro de 1984. A esse fato atribui-se às denúncias que eram feitas através do Jornal contra o governo da época. Tal crime caracteriza-se como mais um atentado à liberdade de imprensa (AZEVEDO, 2016), uma retaliação ao grande volume de denúncias publicadas no jornal (ARAÚJO, 1986 apud CALADO, 2007).

Com a publicação do jornal desejava-se abranger todo o território paraibano, fazendo com que a notícia chegasse aos pontos mais distantes do Estado. Inicialmente sua periodicidade era semanal, tornando-se diário após alguns meses e desde sua origem, o jornal tem buscado a variedade de pontos de vista e a liberdade de expressão, apesar de seguir uma linha conservadora (AZEVEDO, 2016).

A atuação de Francisco Pereira Nóbrega, dentro do Jornal Correio da Paraíba, deu-se inicialmente no ano de 1996, sendo que os últimos textos foram publicados em 2007.

Segundo funcionários do Jornal, contemporâneos à Nóbrega, a relação do cronista para com o Jornal era distante, pois suas crônicas eram enviadas ao Jornal e raramente via-se o cronista no ambiente físico, na redação. E do pouco contato que este tinha com os companheiros, mostrava-se ser um homem extremamente reservado.

Em suas crônicas, Nóbrega seguia a linha reflexiva, discutindo temas relacionados aos questionamentos do cotidiano, fossem eles de ordem social, política, econômica ou cultural. O cronista apresenta um discurso pautado nos ensinamentos da Filosofia e Teologia, seus campos de formação acadêmica. Nóbrega se mostra atento aos problemas sociais e utiliza-se do espaço para dar voz à população por meio de denúncias que apontam o descaso político para com a sociedade.

O papel que o cronista representa dentro do Jornal, visto a dimensão de sua abrangência no Estado, pode ser considerado como de um discurso importante dentro desse emaranhado de narrativas que se constrói no meio social. A crônica assume um lugar de destaque dentro do Jornal por se constituir diferente do texto jornalístico, pois por ser um texto que atrai o seu leitor em sua aparente despreensão, sua linguagem informal, aproxima o leitor dos fatos através da reflexão que é realizada pelo cronista.

Sobre a crônica pode-se afirmar que ela é:

Lugar para quem prefere se arriscar, em vez de repetir. [...] elas costumam ser narradas na primeira pessoa, e o Eu sempre evoca a idéia de confissão. E ainda porque vêm adornadas, com frequência, pela fotografia (verdadeira!) de seu autor. [...] Errante, ele nos leva a errar – em nossas avaliações, em nossas suposições. Uns o vêem, por isso, como um trapaceiro; outros, mais espertos, aceitam aquilo que ele tem de melhor a oferecer: a imprecisão (CASTELLO, Revista Rascunho, setembro de 2007 apud CHIQUIM 2014).

O cronista, portanto, desempenha um papel diferenciado no espaço jornalístico. Ele, de posse de um fato real, tece críticas, expõe sua opinião, ou seja, ele recria a realidade do fato por meio de uma ligação entre o jornalismo e a literatura.

De acordo com as leituras das crônicas de Nóbrega, percebe-se como as ideias do cronista são sedutoras, convidativas, atraentes ao público leitor. Nóbrega possui uma linguagem que, ao mesmo tempo, expressa uma grande conjuntura de informações e de conhecimento. Essas informações são levadas ao público de forma que este possa compreendê-la e enxergar-se dentro da narrativa, ou representado por ela. Quando Nóbrega discute os temas sociais da atualidade, que em sua grande maioria estão ligados aos problemas históricos da região, o cronista assim o faz, de modo que este seja eco do grito da população.

Sua narrativa projeta, portanto, os anseios do social. É dentro dessa perspectiva que os temas voltados aos males da região ganham impulso.

Nóbrega demonstra uma grande preocupação com o rumo das políticas públicas, com a atuação da classe política. Tal preocupação pode ser considerada a partir das experiências que viveu: sua infância como filho de cangaceiro, tendo que enfrentar dificuldades vivendo no interior da Paraíba, e mais tarde tornando-se padre. Sua narrativa é assim marcada pelas experiências enquanto nordestino que viveu e conviveu com muitos dos dramas socioeconômicos da região.

Seu discurso percorre ainda diversos campos, como cultura, economia, religião, política. Suas crônicas revelam os dramas enfrentados pela população, configurando a discussão de temas que salientam a individualidade do ser bem como sua relação em sociedade. Os assuntos do contexto social são evocados como forma dar visibilidade aos fatos. Desse modo, a sociedade, tanto estadual, quanto regional, é tomada principalmente como territórios de dramas históricos.

Nóbrega também apresenta um posicionamento marcado por elementos religiosos, provenientes de sua formação teológica. É tradicionalista e carrega muito dos costumes da moral cristã. Por meio das crônicas ele exerce um papel também de defesa de valores e tradições.

A partir da leitura das crônicas produzidas pelo referido cronista, foi possível desenvolver uma tabela dos principais assuntos discutidos pelo cronista no período delimitado para estudo neste trabalho, os anos de 2000 a 2002. Dentro deste recorte, temos como cenário político na Paraíba, o governo de José Maranhão. Temáticas referentes à política têm bastante destaque dentro de suas abordagens, como podemos perceber.

Tabela 01 - Temas recorrentes nas crônicas de Francisco Pereira Da Nóbrega, Jornal Correio Da Paraíba (2000-2003).

ANO/TEMA	2000	2001	2002
Comportamento	45	26	48
Política	51	28	36
Religião	18	19	29
Pol. Internacional	08	21	05

Pol. públicas/problemas sociais	51	32	24
Economia	11	13	20
O Estado e suas estruturas	18	16	08
Globalização/capitalismo	21	15	20
Seca	06	06	08
Nordeste	07	09	10
Experiências do cronista	03		11
Outros	31		37

A partir desta tabela é possível perceber, que os principais temas destacados convergem para um recorrente: a política. A política não apenas partidária, mas também e principalmente, aquela que se faz como meio de organização das relações sociais. O discurso de Nóbrega é dotado de revolta e pretende trazer às páginas do noticiário as reivindicações da população. Critica a corrupção existente no meio político, esta para o autor motivo das várias deficiências dos serviços públicos. No próximo capítulo tais questões serão melhor discutidas.

CAPÍTULO III

AS CRÔNICAS DE NÓBREGA NA CONSTRUÇÃO DO “NORDESTE” E DO “NORDESTINO” SOB O DISCURSO DA SECA: SEU PAPEL NA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

3.1. Sobre o cronista

Luiz Augusto Crispin, também cronista e companheiro de Nóbrega no Jornal Correio da Paraíba, em crônica homenageando o amigo após sua morte afirma:

É a perda não somente de pensador do nosso tempo, mas de um filósofo universal. Chico Pereira era um homem que conseguia compreender o seu tempo e o seu lugar a partir de um prisma humano como só se podia ver na Grécia Antiga. Ele não pensava em partes ele pensava o todo. Com Chico Pereira eu aprendi a enxergar um mundo digno e justo como só os grandes filósofos sabem pensar. (Correio da Paraíba, edição de 23.01.07).

No trecho da crônica citada acima, Nóbrega é apresentado como sendo possuidor de uma personalidade bastante respeitada pelo modo como encarava a vida e conduzia seus trabalhos. Admirado por sua intelectualidade, por sua disciplina, Nóbrega era um homem simples, desprovido de vaidade, cultuava sua privacidade, levava uma vida discreta, dedicada aos estudos, ao trabalho e à família, assim é descrito nas palavras daqueles que conviveram com ele.

O também cronista, Francisco Frassales Cartaxo, relata a experiência que teve com Nóbrega, recém-chegado à cidade de Cajazeiras no interior do Estado, na época ainda Padre Pereira. Segundo Frassales (2014), “era um jovem muito inteligente, de fala mansa, ar de alheamento, com uma postura diferenciada dos demais padres, pois tinha ideias que eram consideradas até mesmo subversivas”. Frassales cita um caso em que o então prefeito da cidade de Cajazeiras chega a afirmar que a homilia do Padre Pereira mais parecia o discurso de um cangaceiro. Nóbrega, enquanto padre, apresentava uma postura ativa de ideias inovadoras, “importa realçar a liderança do padre Pereira. Ele era assim, corajoso, inovador, carismático, ousado, cheio de novidades. E mistérios” (FRASSALES, 2014). Esses depoimentos ajudam a entender como se forja a personalidade de Francisco Pereira Nóbrega. A personalidade de Nóbrega é moldada em meio ao tradicionalismo regional bem como as novidades adquiridas através dos anos de estudo sacerdotal em que conheceu novas culturas e viveu experiências que o constituíram como intelectual respeitado.

Um fato marcante, sem dúvida, na vida do cronista, foi narrado no livro “Vingança, não. Depoimento sobre Chico Pereira e Cangaceiros do Nordeste” (1961). No livro Francisco P. Nóbrega conta a saga de Chico Pereira, que após vingar a morte do próprio pai passa a integrar a clandestinidade do cangaço. Gerando para a família Pereira grandes conflitos. Chico Pereira era pai de Nóbrega e a escrita do livro foi segundo o cronista, um meio de resgate da sua própria história.

No citado livro, o Nordeste é descrito tendo como enredo principal, o cangaço. A análise desse acontecimento se dá sob a ótica dos seus aspectos sociológicos e políticos da fase final da República Velha, trazendo à discussão, o coronelismo, a relação de poder nos municípios e também como isso se apresentava em nível estadual e federal, interferindo nas tomadas das decisões políticas e administrativas do país. O livro também aborda o elemento, religiosidade do povo sertanejo, o messianismo e a luta do povo por um sinal de esperança no Juazeiro do Padre Cícero. As discussões envolviam o Nordeste da década inicial do século XIX como forma de expor a problemática do cangaço no Sertão. Nóbrega discute o cangaço e visa uma ampliação da concepção de sociedade como reflexo de justiça e de política pública.

O cenário da Paraíba na década de 1920 é marcado pelo descaso das autoridades, aponta o autor. Entre a ineficiência da lei e a cobrança da sociedade por vingança, os conflitos daquela sociedade eram resolvidos baseados na “justiça com as próprias mãos”, portanto, a vingança era questão de honra. Diante da impunidade por parte das autoridades, eram dos próprios familiares que provinha à punição.

Essa conjuntura visibiliza o elemento política como peça principal da ação da justiça na Paraíba do início do século XX, em que a população permanecia encurralada e impotente diante do poderio das elites locais. Nóbrega objetivou mostrar, por meio do livro, a ineficiência do poder judiciário, que manipulado por interesses partidários contribuía para a consolidação de um espaço social marcado por conflitos.

Esse capítulo da história de Nóbrega, apesar dele não ter vivido grande parte dos acontecimentos, marcou definitivamente sua vida. Vemos, através de suas crônicas, o forte apelo social e sua disposição em abordar a realidade do povo nordestino como meio de denunciar e tornar visíveis problemas sociais.

Os temas abordados por Nóbrega em suas crônicas estão em sua grande maioria ligados às questões do cotidiano e questões que possam ser interessantes para a reflexão da sociedade seja ela em âmbito local, regional bem como, nacional. O cronista mostrava-se

sensível às questões que afetava a vida da sociedade. E recorrentemente trazia em pauta os problemas enfrentados pela população, expressão de sua responsabilidade para com social.

Durval Muniz pensa o Nordeste e o nordestino como sendo construção de discursos internos, de elites e intelectuais nortistas. Diante disso, pode-se atentar para a crônica de Nóbrega como sendo um agente que atua na construção da identidade nordestina. Entendendo que sua posição de cronista no jornal de maior de circulação na Paraíba pode representar por meio de sua escrita, uma força significativa na formação de opinião.

Para a escrita desse capítulo, foram selecionadas crônicas que se relacionam diretamente ao Nordeste e suas questões históricas. São diagnósticos do social, um panorama traçado sobre o cotidiano tendo como base para a constituição desse diagnóstico um conjunto de fatores e vivências que levam o cronista a tomar determinados posicionamentos. Somaram-se então, as crônicas referentes aos anos, 2000, 2001, 2002. A partir desse material, pretendeu-se uma análise, tendo as crônicas de Nóbrega como peças atuantes no discurso de representação da região Nordeste. O discurso de Nóbrega se assenta sobre a realidade local, regional de forma a dar visibilidade aos problemas sociais.

3.2. O cenário paraibano sob o discurso da revolta; indícios de continuidades.

Segundo estudo realizado por Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (2014), a Paraíba é apresentada como estado economicamente subdesenvolvido, e um dos fatores que contribuem para o baixo nível da economia é a realidade educacional. Dentre os estados da região Nordeste, a Paraíba é um dos mais desfavorecidos em termos econômicos, ocupando uma posição periférica a nível nacional. Outro aspecto, observado, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), é a baixa qualificação da mão de obra que está relacionada aos baixos níveis de escolaridade: um caso está intimamente ligado ao outro.

As tabelas a seguir mostram características da realidade educacional do Estado da Paraíba.

Tabela 02 - Média de anos de estudo: população com 25 anos ou mais – 1992-2008

LOCAL/ANO	1992-1995	1996-1998	1999-2002	2003-2005	2006-2008
BRASIL	5,1	5,5	5,9	6,4	6,9

NORDESTE	4,0	4,3	4,5	4,8	5,2
PARAÍBA	3,6	4,4	4,4	4,9	5,5

Fontes: Ipeadata e IBGE.

Tabela 03 - Taxa de analfabetismo de indivíduos com idade entre 15 anos e 24 anos

LOCAL/ANO	1992-1995	1996-1998	1999-2002	2003-2005	2006-2007
BRASIL	8,0	6,0	4,3	3,1	2,3
NORDESTE	18,8	14,5	9,9	7,2	5,0
PARAÍBA	21,5	15,7	10,8	7,5	5,4

Fonte: Ipeadata

A tabela 02 apresenta dados sobre a evolução do processo de escolaridade média de acordo com a média de anos de estudo no Brasil, no Nordeste e na Paraíba, nos anos de 1992 – 2008. Verifica-se que a taxa de crescimento da escolaridade média no Nordeste aumentou acima da média nacional, enquanto que, os dados referentes à Paraíba apresenta uma baixa em relação à média nacional. Percebe-se também um avanço especialmente na média regional. Os dados também mostram que a diferença média de anos de estudo no Brasil e na Paraíba sofreu um aumento nos últimos anos.

As taxas de analfabetismo entre a população jovem da Paraíba, indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, podem ser analisadas através da tabela 03, que mostra o índice de analfabetismo com avanços expressivos nos últimos anos. Na Paraíba, a taxa de analfabetismo na faixa de idade pesquisada caiu de 21,5% para 5,4%, entretanto, esse índice é ainda duas vezes maior que o nacional. As taxas regional e estadual apresentam gradativa aproximação. O índice de analfabetismo ganha proporções maiores quando se trata da população com mais de 15 anos, com taxas de 23,5% para a Paraíba e de 19,9% para o Nordeste, de acordo, com estudos realizados no ano de 2007.

Em “Alfabetizar” (Jornal Correio da Paraíba, 08.08.2002), Nóbrega escreve sobre o quadro educacional do Estado e ressalta que o currículo da escola pública é falho, ensina-se pouco e com deficiências. Para o cronista, o processo de alfabetização é essencial para o indivíduo, ele possui poder de libertação, saber ler é também ler o mundo, afirma, e do contrário o indivíduo nada pode; “Para o cidadão, a alfabetização é o supremo evento social

que lhe possa ocorrer na vida. Chave da inserção na cultura, aí começa a superação da marginalização” (NÓBREGA, 08.08.2002). Nóbrega possui uma estreita relação com a educação. Durante muitos anos ele atuou como docente, logo os problemas da educação não lhes eram distantes. Ele, na crônica “Alfabetização Geral” (Jornal Correio da Paraíba, 09.01.2001) critica o ensino mecanizado que tem como finalidade fabricar robôs. O ensino deve ser ao contrário, um meio que auxilie o desenvolvimento do cidadão que prepare este para o mundo.

A má qualidade do ensino é causa de grandes males da sociedade como violência e desemprego. A educação pública nos moldes que se apresenta, afirma Nóbrega, exclui ainda mais os excluídos. A solução, portanto, é investir na educação para poder organizar a sociedade tendo em vista diminuição dos crimes, maiores oportunidades de emprego, enfim, uma sociedade mais justa e igualitária. Nóbrega aponta como causa da desigualdade social no Estado a alta concentração da riqueza nas mãos de uma minoria que detém o poder, manipula as leis e impõe seu autoritarismo à população, privando-a dos seus direitos. O investimento em educação é baixo, faltam escolas, falta boa educação, pois educação custa caro, prefere-se investir em analfabetos, armas, guerras externas, afirma o cronista.

Como resulta da falha do sistema educacional do Estado, Nóbrega aponta a violência instalada na sociedade paraibana, fruto da falta de investimentos por partes das autoridades competentes. Ele declara que não basta apenas investir em poder de armamento, penas rígidas, aumentar o número de policiais nas ruas, a matriz maior da violência é o social inviável. A violência brota da ‘sociedade paralela, de cultura paralela’, a sociedade dos excluídos. Ele atenta para a necessidade de uma sociedade mais justa, com riquezas devidamente tributadas, “limitar a fortuna para que a miséria seja limitada”. A sociedade, entretanto, está degradada, com precárias condições educacionais, altas taxas de desemprego, logo, uma sociedade propícia à violência.

A situação de pobreza, altas taxas de analfabetismo, falta de mão-de-obra qualificada, desemprego, baixos níveis econômicos são algumas das características inerentes ao Estado e colocam-na em desvantagem diante do quadro nacional.

O discurso de Nóbrega se assenta sobre essa máxima. Sua posição, enquanto narrador, também é de inferioridade dada o lugar de sua narrativa. Ele se coloca ao lado da população, se projeta em meio ao caos da sociedade e profere um discurso de insatisfação e revolta. Para ele a situação da Paraíba é reflexo da falta de políticas públicas; é também resultado das

práticas corruptíveis que imersa a classe política quase que em sua totalidade. Nóbrega se coloca como porta-voz da população que é esquecida pelas decisões políticas.

O Estado na década de 2000 vinha apresentando um crescente desempenho, embora discreto, no tocante a desconcentração de renda, um movimento de expressiva redução da pobreza (Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal de 2013), mudanças sociais e econômicas que se seguiam desde a década de 1990. Nesse período também estava se configurando uma urbanização do emprego, reflexo do movimento migratório da população para as cidades e da queda das atividades agrícolas (IPEA, 2012).

Na descrição, apresentada por Nóbrega, do quadro social, político e econômico do Estado, muitas deficiências são ressaltadas e não são percebidos sinais positivos no processo de urbanização. A voz do cronista é em muitas de suas crônicas voz de denúncia, e que expressam revolta com as questões estruturantes do Estado. O cronista afirma que a Paraíba desenvolve uma má política de gestão financeira e enfrenta um índice alto de desemprego. A população em sua grande maioria vive na exclusão da pobreza.

Em “Economia dos sertões” (Jornal Correio da Paraíba, 12/01/2002), o cronista debate sobre o processo migratório da população do campo para a cidade:

[...] falta trabalhador no campo, resultado do êxodo. nem agricultura, nem indústria. Nenhuma de grande porte vai se sediar naquele calor, aridez, distância dos grandes centros (...) os sertões marcham para sua opção final. A desertificação do solo, a migração do homem, as inviabilidades econômicas, tudo se soma ao temor de que restara apenas o deserto total.

O cronista critica a falta de incentivo governamental para as políticas agrícolas, fala da falência da agricultura. Declara que a agricultura não mais compensa, e muitas famílias tentarão suas vidas na cidade, porém a vida lá nada tem de fácil, ao contrário, pois emprego não há. A falta de incentivo na agricultura, sua improdutividade culminará na desertificação do campo, e o cronista chama atenção para ações urgentes necessárias na resolução do quadro. Para ele, a transposição do Rio São Francisco não é suficiente, sendo necessárias outras medidas também urgentes, dada a necessidade do Sertão de “obras gigantescas” na resolução do problema da seca.

O movimento de êxodo rural representa para o cronista o descaso para com a população que vive no campo. O êxodo rural é a solução encontrada pela população camponesa que tem sua lavoura de subsistência dizimada pela seca; esta população larga sua vida no campo para tentar a sorte nas cidades, porém a realidade urbana não é nada fácil. Ao

chegar à cidade, depara-se com o desemprego: “éramos, nos anos 50, 40% nas ruas, 60% nos campos. Agora beiramos 80% nas cidades”. O autor lembra que no passado o Estado exportava produtos, como milho, para o exterior, mas que na atualidade tudo acaba por ser consumido pela seca.

O Estado foi ao longo de sua história marcado por prolongadas estiagens, apresentando forte índice de desigualdade social. Grande parte da fonte de renda da Paraíba advém do setor da administração pública. Nesse sentido, o jogo político afeta fortemente a população economicamente ativa. Essa situação colabora com a perpetuação das políticas patrimonialistas, do empreguismo, das redes de clientela, dificultando a independência política, o que caracteriza como meio de entrave para a modernização e a democratização da realidade política do Estado (SILVA, 2014).

Na crônica “Os despejados” (Jornal Correio da Paraíba, 06/01/2001), Nóbrega diz que a Paraíba é um Estado de funcionários públicos, e, não se tem aí expressiva atuação no setor agrícola, comercial, nem através das indústrias. A realidade das prefeituras no sertão é ser celeiro de emprego, declara. No Estado, o que vigora são os arranjos políticos, e muitos são os funcionários que ganham apenas, sem trabalhar. Na referida crônica, é relatado caso em que o Governo Federal prevê para os municípios medidas de responsabilidade fiscal e limite de gastos com funcionalismo. O cronista defende que os culpados pelo número exorbitante de funcionários são, na verdade, os contratantes. Os servidores não são os culpados, porém, pagam a conta. Essa situação inflama o quadro de desemprego no Estado, “mais desempregado na sociedade tentando sobreviver” declara o cronista.

A economia do Estado sempre esteve concentrada nos grandes centros metropolitanos, João Pessoa e Campina Grande (SILVA, 2014, p.22), não havendo, assim, uma dinâmica estadual para estímulo econômico de forma, a democratizá-lo às demais regiões do Estado. A Paraíba apresenta, dessa forma, situações bem díspares no tocante a emprego e perfil educacional. E isso reflete na desigualdade dos níveis de qualificação e de rendimento de produção, fato percebido pela diferenciação no nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que apresenta variações de acordo com os municípios e suas características, revelando assim, a desigualdade econômica presente no Estado.

Enquanto que os baixos níveis da economia é realidade da maioria dos municípios, observa-se o Produto Interno Bruto (PIB) estadual fortemente concentrado em João Pessoa e Campina Grande. Diante dessas variáveis percebe-se que quanto menor um, maior será o outro e vice-versa.

João Pessoa, por exemplo, possui baixa em relação a taxa de domicílios em extrema pobreza, apenas 5,05% já que seu PIB equivale a quase metade do PIB estadual; enquanto Princesa Isabel, no alto sertão paraibano, possui 20,06% dos domicílios em extrema pobreza, uma vez que seu PIB apresenta taxa de 1,07%, logo, observando a proporção da desigualdade. A partir de fins da década de 2000 é notada, embora tímida uma diminuição do nível de concentração de renda no Estado.

Temos nesse cenário a falta de estímulo por parte das elites políticas para um planejamento de interesses que vise abranger todo o seu território. Desse modo, a Paraíba apresenta *déficit* em setores que são de grande relevância para o desenvolvimento do Estado, como por exemplo, obras de modernização, infraestrutura. São nesses grandes centros que acontecem uma maior concentração da economia advinda dos setores de serviços, destaque para atividades de educação, saúde, administração pública, comércio, turismo e de intermediação financeira (SILVA, 2014, p.22).

Na crônica “Paráí-b-a-basta” (Jornal Correio da Paraíba, 01/12/2000), Nóbrega apresenta um retrato da situação político-econômica do Estado, drama que afeta a população pobre e denuncia o alto índice de desemprego; acrescido ainda ao problema, a falta de chuvas. O cronista relata uma sociedade em que muitos vivem em situação de pobreza extrema, passando fome. Diante dessa difícil situação econômica, a seca também é lembrada como um mal que persegue o pobre e impõe nele a incerteza dos dias que virão. O cronista lembra que muitas famílias vivem à mercê da miséria causada pela seca sendo que não lhes chega ajuda do governo e elas padecem e muitos chegam até mesmo a morte.

O cronista afirma que para as autoridades políticas esses problemas enfrentados são irrelevantes, pois são considerados naturais àquela sociedade, sendo que o necessário seria portanto, acostumar-se à situação. Sobre a postura adotada pela classe política o cronista afirma:

“(…) sempre sorridente nada tem a ver com isso. Não lhes diga que fazem pouco . A resposta vem com indignação. Como se palavra matasse fome” e conclui: "isso não acusa esse ou aquele governador (...) Se a Federação não lhe der a mesada, ela marcha, cada vez mais, para o inviável". (NÓBREGA, 01/12/2000)

Com essa afirmação o cronista aponta para a postura dos políticos do Estado mediante o drama da falta de chuvas. O contato destes com a população somente ocorre durante as campanhas eleitorais, momento em que proferem discursos que não são postos em prática, afirma. O cronista chama a atenção para o fato de que a população precisa aprender a votar,

ter uma visão crítica para perceber aqueles que realmente poderão realizar algum benefício pela região e o seu povo.

A economia do Estado representa-se, segundo Nóbrega, como uma das piores do Nordeste. Essa afirmação é reforçada pela exposição da seguinte afirmação: “dos 3 milhões que aqui vivem, metade passa fome diariamente”(NÓBREGA, 01/12/2000). O cronista expõe uma população vitimizada pela seca, e aqui se tem um quadro da pobreza e da marginalização do povo que vive a espera da ajuda do governo diante da seca que castiga.

A política é entendida pelo cronista como a base da sociedade, no tocante a garantia da justiça social, de direitos do cidadão. Ele afirma: "política na terra é como Deus no céu". (“Política uma opção”, 02/02/2000). A política é assim, meio de garantia de bem estar social, do bem comum, e, ela vai além da política partidária e está presente não somente nas atitudes dos candidatos, mas é entendida enquanto luta pela melhoria do social.

Entretanto, para Nóbrega, o que se observa na realidade é um desvirtuamento dessa concepção. Na prática, o que se nota são ações corruptas da esmagadora maioria da classe. A política é, portanto, no contexto da realidade social apresentado, meio de beneficiamento próprio, de enriquecimento rápido, de poder. Na Paraíba também se observa que as práticas políticas primam pela consolidação da ignorância popular em relação aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, a manutenção do culto à seca e da miséria regional, como forma de manter a estabilidade do quadro dos mandatos políticos de partidos que ano a ano se repetem no poder.

O cronista denuncia que na Paraíba faltam políticas voltadas ao social, incentivos à criação de emprego, diminuição da violência, implantação de leis que beneficie o povo. Lembra que a função do gestor é para com o social, e não para com o beneficiamento de seus próprios interesses em detrimento dos da população. As práticas marginalizantes aumentam a desigualdade social; leis que ao invés de servir ao social é para o mesmo canal de impasse, altas taxas tributária, sem resultado nos serviços básicos de assistência à população. Para Nóbrega, o sistema tributário é excessivo e abusivo, onde aquele que menos tem, paga o maior valor em impostos.

Diante do quadro político da Paraíba, nota-se que na visão do cronista todas essas práticas fixadas são motivadas pelo espírito capitalista, espírito do lucro, característica do mundo Ocidental. Para o cronista, a ideologia deste sistema é o que move as desigualdades na sociedade. O Sistema Capitalista é “selvagem” e impossibilita uma concretização da democracia. Pois uma sociedade em que há miséria, alta concentração de renda, desemprego,

não se pode considerá-la democrática. Se for democracia que se deseja implantar na sociedade, tem-se que repensar toda a estrutura social vigente, afirma.

No discurso de Nóbrega, o Nordeste do início da década de 2000 é descrito como um lugar que ainda apresenta muitas semelhanças com o cenário regional do século passado. No Sertão dos anos 2000, a população ainda sofre com problemas que se arrastam através dos anos e que não apresentam grandes avanços. Isto é ainda sentido apesar da ocorrência dos processos de melhorias que vêm ocorrendo em um ritmo lento e que não se podem ser pensados enquanto avanços equidistos a toda região.

3.3. O discurso de Nóbrega e a construção imagética do Nordeste

Nóbrega percebe um Nordeste marcado pela cultura da seca, de um lado uma elite que lucra e cada vez mais se inflama no seu poder. Do outro lado, uma população que culturalmente, aprendeu a conviver com a miséria, com a ideia de pobreza regional, de incapacidade. Esse é para o autor, o resultado da “Indústria da seca” política desenvolvida para perpetuar uma desigualdade social e manter a estabilidade político-elitista. A “indústria da seca” promove desse modo, a miséria social e a exclusão do nordestino. Miséria cultivada através de práticas abusivas presentes ainda, nos dias atuais.

Para o cronista, a população nordestina é condenada através da ação política a se firmar sobre a ordem da dependência, da miséria e do caos social. Como descrito na crônica "Frentes de trabalho" (Jornal Correio da Paraíba, 18.03.2000), “pois o sertanejo adoeceu - de fome. A natureza o abandonou e não mais choveu. Os rios se solidarizaram com ela e secaram. Até o poder secou. Há 500 anos é rio seco dos sertões, alegando generosidade, se nas estiagens prolongadas, ainda faz o que faz" (NÓBREGA, 18.03.2000).

Esse trecho revela que para o cronista a seca é o grande fator de atraso regional, e é desse fenômeno que brotam os males da sociedade nordestina. Diante da seca a população se sente indefesa, e somente pode esperar do poder público uma ação. Porém as iniciativas políticas são gestos imediatistas que em nada resolvem o problema. O cronista cobra do governo soluções para o problema histórico do Nordeste, a seca. E atenta para o fato de que, a solução para este fenômeno não é algo simples, ações e resultados imediatos; seria necessário, portanto, ações em longo prazo.

Em “Viúvas da seca” (16.01.2001) escreve que nos períodos de estiagem o povo não tem em que depositar sua esperança “Sertanejo não pode contar com ninguém a não ser a

própria dor”. O sertanejo é para Nóbrega um sofredor, marcado pela dificuldade, seu objetivo é, portanto, sobreviver, diariamente. Ele se depara com os dilemas que lhe confere sua condição de excluído. O quadro social para quem vivem na extrema pobreza no Nordeste é esse: “Terá o pão, aleatório, como quem joga na loteria. Escola não terá. Família facilmente, também não. Dissolve-se sob as crises econômicas. A sobrevivência passa pela prostituição, o roubo, Mão Branca, Esquadrão da Morte e grupos outros”. (Guilhotina social, Jornal Correio da Paraíba, 19.04.2002).

Na crônica ”Política no chão” (14.11.2000), Nóbrega, afirma que desde o período colonial que a atenção ao povo nordestino foi das piores, sempre ao nordestino a parte ruim; o nordestino é excluído de qualquer processo de desenvolvimento de melhorias para o povo, afirma o cronista. A crônica compara a vida dos imigrantes europeus chegados ao sul, com a vida do povo nordestino, “aos europeus, terra boa e consulado em sua defesa. Nordeste apenas o governo que somente atua como cobrador de imposto” (14.11.2000).

F. Pereira Nóbrega enxerga o cenário regional em meio aos seus diversos problemas, sejam eles históricos ou ligados ao cotidiano do contexto atual, com um grau elevado de revolta e um sentimento de injustiça. Esse discurso leva a enxergar um Nordeste, visto pelo “avesso em que as mesmas linhas compõem o tecido, só que no avesso aparecem seus nós, seus cortes, suas emendas”. O argumento assume, portanto, um caminho específico, mas, é preciso entender que esse caminho também é uma construção, é representação que ocorre mediante a força de interesses específicos.

A origem de discursos que evocam o regionalismo, demarcada suas fronteiras por elementos culturais, é percebida a partir do Movimento Regionalista (1930). Tomando algumas das características apresentadas por Nóbrega em seu trabalho como cronista, seu posicionamento pode ser entendido à luz dessas narrativas históricas. Sobre este Movimento Durval Muniz afirma:

A imagem e o texto do Nordeste passam a ser elaboradas a partir de uma estratégia que visava denunciar a miséria de suas camadas populares, as injustiças sociais a que estavam submetidas e, ao mesmo tempo, resgatar as práticas e discursos de revolta popular ocorridos neste espaço. Estes territórios populares de revolta são tomados como prenúncio da transformação revolucionária inexorável. As terríveis imagens do presente servem de ponto de partida para a construção de uma miragem futura, de uma espacialidade imaginária que estaria no amanhã, de um espaço da utopia. (ALBUQUERQUE JR. 2011. p.208)

As narrativas presentes no Movimento Regionalista têm caráter de busca da uma identidade perdida e são originados a partir de um pensamento de esquerda cuja ideia estava na construção de um “outro Nordeste”. A partir desse movimento o que define a identidade regional, não mais são os fatores naturais, mas, os fatos históricos “e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como consciência” (ALBUQUERQUE JR. 2011, p. 90).

Nota-se a força dos discursos imagéticos na construção do Nordeste. Eles são ainda hoje reproduzidos como verdades regionais rompendo as barreiras do tempo. Eles firmam sobre a ideia de “natural” o que foi e continua sendo construção histórica.

A seca vai conferir à região a ideia de miséria, de um povo que sobrevive em condições desumanas, uma vez que a incapacidade produtiva é considerada como fator natural da região. Diante desse pensamento, é ignorada totalmente a deficiência das políticas públicas para a resolução do problema.

O importante é precisar que o termo seca designa um processo social da realidade brasileira; que esse se inscreve no cotidiano político e não na estrutura física da terra; que esse cotidiano político é povoado pelo imaginário instituído e pelas representações sociais construídas historicamente dentro do jogo de interesses sociais, econômicos, religiosos e culturais. Enquanto representação social torna-se meio e conteúdo de comunicação entre os sujeitos, fomentando agires sociais. Estes nunca desinteressados. Assim, podemos sugerir uma diferença de conceituação entre seca e estiagem. A estiagem seria a forma físico-climatológica de expressão do movimento da natureza. E a seca, o conjunto de significações sociais construídas pelos diversos estratos sociais de interesse, que não se apresenta, vale registrar, de forma uniforme. Diferente da realidade físico-material, a seca, imagem-símbolo-representação social, nasce com os interesses que geraram um discurso competente e atualizado que a encastela e a institucionaliza”.(Gomes, 1998, p.93 apud ALBUQUERQUE, 2014)

As ideias originadas a partir do Regionalismo fixaram ao Nordeste uma representação específica que foi configurando-se com o tempo e cada vez mais, tornando-se identidade regional, e discursos, como o discurso de Nóbrega, por exemplo, constroem sua leitura de realidade social, política, econômica da região a partir desses elementos identitários.

O cenário da seca como questão abordada pelo discurso regionalista, sendo o fator motivador do foco imagético do Nordeste, é percebido por Nóbrega como causa dos vários males da região. A manipulação social que ocorre através das políticas assistencialistas garante a permanência das oligarquias no poder. A população é cultivada na sua ignorância, percebendo-se como dependentes dos governos, vivendo numa sociedade de pobreza, de reclusão, de privação dos seus direitos. A política no Nordeste se dá, portanto, nos moldes dos

regimes autoritários, em que o povo padece as penas impostas pelo governo e nada podem contra ela.

A abordagem discursiva em Nóbrega sobre o Nordeste, apesar do seu caráter de crítica social e de aparentar descontinuidade, traz de antemão, imagens e anúncios oriundos de elementos intencionais que foram elaborados pelo processo do imagético regional. Ou seja, não é imparcial, é ao contrário, resultado da combinação de argumentos superiores que foram historicamente elaborados.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise das crônicas de Francisco Pereira Nóbrega, publicadas no Jornal Correio da Paraíba entre os anos de 2000 e 2002, uma reflexão acerca das imagens produzidas pelo cronista sobre a região Nordeste e o seu habitante. Assim, buscou-se entender como este discurso pôde ser considerado diante do imagético regional historicamente produzido.

A abordagem histórica por meio de crônica jornalística requer aproximar-se do seu autor, e para, a partir dele, compreender como se constitui sua escrita. Para tal compreensão é necessário tomar o cronista enquanto indivíduo formado em seu meio social e percebendo suas experiências de vida, enquanto fatores determinantes para sua construção enquanto sujeito.

É possível perceber que a narrativa de Nóbrega caracteriza-se pelo discurso imagético do Nordeste originado em fins do século XIX, em que a região foi caracterizada a partir do drama da seca, como uma região pobre, e inferiorizada diante do cenário nacional. Em suas crônicas, Nóbrega demonstra uma postura de insatisfação com a realidade regional, e as críticas que este faz visam denunciar os problemas vividos pela população.

A narrativa presente em Nóbrega é desse modo, uma construção que ocorre pelas suas impressões obtidas através das experiências vividas por ele, somadas a absorção de imagens construídas historicamente. Sua abordagem leva a compreensão de seu discurso enquanto carregado por elementos que remetem aos estereótipos regionais como espaço de lutas, de dificuldades, de um povo sofrido pela falta de assistência do poder público. Essas imagens reforçam assim, a representação da região como lugar de inferioridade, ação desencadeada pela evocação de suas características negativas em detrimento das demais.

Dada à importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de novos estudos que possibilitem a compreensão da representação do Nordeste e do nordestino como sendo resultado de um processo histórico construído por discursos dotados por intencionalidades específicas, e que continuam a serem reiterados rompendo as barreiras da temporalidade. Estes discursos são mantidos, renovados por narrativas que continuam a enfatizar a miséria do Nordeste como meio de denunciar os seus problemas sociais.

REFERÊNCIAS

FONTES

Crônicas: autor - Francisco Pereira Nóbrega

- “Alfabetizar” - (Jornal Correio da Paraíba, 08/08/2002)
- “Alfabetização Geral” - (Jornal Correio da Paraíba, 09.01.2001)
- “Economia dos sertões” - (Jornal Correio da Paraíba, 12/01/2002)
- “Os despejados” - (Jornal Correio da Paraíba, 06.01.2001)
- “Paraí-b-a-basta” - (Jornal Correio da Paraíba, 01.12.2000)
- “Política uma opção” - (Jornal Correio da Paraíba, 02.02.2000)
- “Frentes de trabalho” - (Jornal Correio da Paraíba, 18.03.2000)
- “Viúvas da seca” - (Jornal Correio da Paraíba, 16.01.2001)
- “Guilhotina social” - (Jornal Correio da Paraíba, 19.04.2002)
- “Política no chão” - (Jornal Correio da Paraíba, 14.11.2000)
- “Prefeitos” - (Jornal Correio da Paraíba, 11.01.2000)
- “Ruim da Cabeça” - (Jornal Correio da Paraíba, 17.03.2000)
- “Cartilha eleitoral” - (Jornal Correio da Paraíba, 01.04.2000)
- “Mulheres do Oeste” - (Jornal Correio da Paraíba, 07.04.2000)
- “Somos 7 milhões” - (Jornal Correio da Paraíba, 14.04.2000)
- “A cidade e eu” - (Jornal Correio da Paraíba, 20.05.2000)
- “Pátria pobre” - (Jornal Correio da Paraíba, 08.06.2000)
- “Expectativa de vida” - (Jornal Correio da Paraíba, 09.06.2000)
- “É Nordeste, é São João” - (Jornal Correio da Paraíba, 27.06.2000)
- “Transporte alternativo” - (Jornal Correio da Paraíba, 14.07.2000)
- “Heróis” - (Jornal Correio da Paraíba, 02.08.2000)
- “O preço da pobreza” - (Jornal Correio da Paraíba, 14.10.2000)
- “Bela e a fera” - (Jornal Correio da Paraíba, 11.01.2001)
- “Os despejados” - (Jornal Correio da Paraíba, 06.01.2001)
- “Indústria do poder” - (Jornal Correio da Paraíba, 28.03.2001)
- “Paraíba em números” - (Jornal Correio da Paraíba, 07.03.2001)
- ”Os filhos da esperança” - (Jornal Correio da Paraíba, 17.06.2001)
- “Fazendo as contas” - (Jornal Correio da Paraíba, 23.06.2001)
- “Hora da onça” - (Jornal Correio da Paraíba, 03.04.2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, (2011.p. 62., 74 75)

ALBURQUEQUE, N. S. **Apoderamento imagético do Nordeste do Brasil: Estereótipo e Discurso nas Artes** Revista ComSertões -: 2012
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/741/651>

ANDRADE, L. E. **As Memórias de Hermosa**. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/>http://correiodaparaiba.com.br/cidades/paraiba-cidades/as-memorias-de-hermosa-um-livro-vivo-da-historia-da-pb/>

ARANHA, G. B.. ANPUH XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

ARRIGUCCI JÚNIOR, D. **Enigma e comentário: ensaios sobre a literatura e a experiência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Apud: Janete Terezinha Ferron. O papel do cronista e o lugar da crônica no jornal. UTFPR- Campus Curitiba. Ano I, vol. 1, n.1, 2009 – Disponível me: <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2165/2041>

AZEVEDO. A. G. **Entre demandas e desejos: necessidades informacionais dos jornalistas no cenário de jornais paraibanos**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2016.

AZEVEDO, F. F., PESSÔA, V. L. S. **Cultura e identidade regional no nordeste do brasil: um olhar sobre o estereótipo e as relações sociais rurais sertanejas**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005.

BARBALHO, A. **Estado, Mídia e Barbárie: Políticas de Cultura no Nordeste Contemporâneo** (2004). ALCEU, - v.4 n.8 –p.156 a 167 – jan/jun. 2004.

BASTOS, D. R. **Em busca de uma metodologia de análise documentária para as crônicas jornalísticas de Carlos Drummond De Andrade**. Niterói, 2006.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALADO L. A. **A ciência no jornalismo impresso Análise das reportagens do suplemento Milenium do Jornal Correio da Paraíba**. Revista Eletrônica Temática. 2007
 Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2007/48.pdf>

CARTAXO, F. F. **Vingança não!** (Artigo) 2016
 Disponível><http://www.caldeiraodochico.com.br/vinganca-nao-porfrancisco-frassales-cartaxo/>

CARTAXO, F. F. **O Livro do Filho de Chico Pereira Por: Francisco Frassales Cartaxo**. 2014. Disponível em:
<http://caricangaco.blogspot.com.br/2014/08/o-livro-do-filho-de-chico-pereira-por.html>

CARVALHO, A. L. P. **Construção Identitária: projeção simbólica**. IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador/BA. 2008.

CASTELLO, J. **Crônica, um gênero brasileiro**. In: Revista Rascunho, setembro de 2007. Disponível em: http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=228&titulo=Cronica,_um_genero_brasileiro, acessado em 12 de outubro de 2013.

CHIQUIM, G. **Uma análise personalista do fato: o comportamento do cronista como ensaísta no jornal diário**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.

COUTINHO, A. SOUSA, J. G. (Coord.). **Enciclopédia de literatura brasileira**. São Paulo: Global Editora, 2001. 2 v **apud** Bastos. Teatro, conto, crônica, a nova literatura. In: _____. *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul América, 1971. v. 6. **Apud**

FERREIRA, J. L. **Gilberto Freyre e Câmara Cascudo: entre a tradição, o moderno e o regional**. Universidade Federal do rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Natal/RN. 2008.

FERRREIRA, L. de F. G. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERRON, J. T. **O papel do cronista e o lugar da crônica no jornal**. UTFPR- Campus Curitiba. Ano I, vol. 1, n.1, 2009 - Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/de/article/view/2165/2041>

IPEA. **A Paraíba no Contexto Nacional Regional e Interno**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf. Acesso em 15/08/2017

KAIMOTE, A. P. M. C. **Fato e ficção em Crônicas de fim do milênio, de Antonio Callado**. ALEA, v. 6, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2004 **Apud** BASTOS, Dilza Ramos. Em busca de uma metodologia de análise documental para as crônicas jornalísticas de Carlos Drummond De Andrade. Niterói, 2006. Fortaleza. Retratos urbanos no Brasil: a crônica como fonte histórica. (2009. p. 13)

KHAN, Ahmad Saeed et al. **“Efeitos da Seca sobre a Produção, a renda e o emprego agrícola na microrregião geográfica de brejo santo e no Estado do Ceará”**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 36, n. 2, Fortaleza, (2005 p. 242-262). **APUD** Nómadas. Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas | Núm. Especial: América Latina (2012). Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no nordeste do Brasil. Marcos Paulo Santa, Rosa Matos. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Brasil.

LOPES, P. S. de Q. **A apresentação do Nordeste Semiárido no jornal Correio da Paraíba**. Trabalho apresentado ao DT 7 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

LOPES DE CARVALHO, F. A. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9, núm. 1, 2005, pp. 143-165 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p.17

MATOS, R. SANTA, M. P. **Famílias desagregadas sobre a terra ressequida: indústria da seca e deslocamentos familiares no nordeste do Brasil**. Nômadias. Revista Crítica de Ciências Sociales y Jurídicas | Núm. Especial: América Latina (2012). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Brasil Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_NOMA.2012.41773

MELO, J. A. B. de. , PEREIRA, R. A. , DANTAS NETO, J. **Atuação do estado brasileiro no combate à seca no nordeste e ampliação das vulnerabilidades locais**. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280 Vol.8. No 2 (2009)

N/a, "**O banditismo no Nordeste**", *OESP*, 4/2/1927, p. 6, c. 4. Apud Albuquerque Júnior, Durval Muniz de A invenção do nordeste e outras artes . 5. ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, R.V. **Da crônica à história reflexões sobre as crônicas de Carlos Heitor Cony** ANPUH XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. 2005, p. 01

OLIVEIRA, L. L. **A invenção do nordeste e do nordestino** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife, PE Grupo de Trabalho 16: Pensamento Social no Brasil Instituição: CPDOC/FGV e-mail: lucia.lippi@fgv.br (p. 02)

PALHETA, I. G. de V. Palheta, **As políticas de irrigação no nordeste: uma análise crítica**. RDG - Revista do Departamento de Geografia- FFLCH – USP. v.05. 1991. p. 40 - disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47101/50822>

PEREIRA, W. **Crônica: a arte do útil ou do fútil?** João Pessoa: Ideia, 1994. Apud NUNES, Radamés Vieira. ANPUH XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Da crônica à história reflexões sobre as crônicas de Carlos Heitor Cony. 2005, p. 01.

SCHEIBE, R. **A Recriação do Real: As Origens do Gênero Crônica no Brasil**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus - AM – 01 a 03/05/2013. Universidade Federal do Amapá, Macapá. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0215-2.pdf>

SCHNEIDER, C. I. **Crônica jornalística: um espelho para a história do cotidiano?** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.fag.edu.br/adverbio/v5/artigos/cronica_jornalistica.pdf.

SILVA, J. F. **Artigo - Francisco Pereira da Nóbrega, o filósofo**. http://www.geocities.ws/filosofiapb/artigos_francisco.htm.

SILVA, M. F. L. da. **Machado de Assis, Crítico da imprensa: o jornal entre palmas e piparotes**. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. (2005, p. 14)

SILVA, R. F. de C. e . Paraíba 2000-2013 / Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014 – (Estudos Estados Brasileiros) Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wpcontent/uploads/sites/5/2017/05/Para%C3%ADba-web.pdf>. Acesso em 12/08/2017

SOUZA, U. V. de. **O semiárido brasileiro na grande mídia: da estereotipia à proposição de novas perspectivas comunicacionais contextualizadas**. Uilson Viana de Souza - Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESAUNEB)

VIDAL, F. C. B. **Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo** – Salvador. 2001, p. 76 – 105.

...muitas vezes... que elas ajudam a... quanto mais lento o seu caminho... Quanto mais lento o seu caminho... Quanto mais lento o seu caminho... capaz de levar ao destino das coisas definitivas...

F. Pereira Nóbrega

Expectativa de vida

Quanto anos viverei? A gente nasce já sabendo o tamanho do invisível lado de lá. Do visível, de cá, ninguém sabe. Do lado de lá é o fim, existencialmente o contrário. O tamanho do existir, do lado de cá, ninguém sabe.

Toda hora é hora desse limite fatal. A rigor, a vida toda estamos a minutos apenas da morte. Basta, por minutos o coração não bater, o pulmão não respirar. Isso aceitamos como condição humana do existir.

Mas, quando viver é privilégio, morrer é revoltante. Uns vivem mais, outros menos, nem sempre graças à prudência de uns, aos excessos de outros.

Alguém não consegue emprego porque é negro? Pior que isso, é a própria vida diferenciada. Basta se pertencer a classe humilde ou viver no Brasil, para se ter longevidade menor. Seja americano, escandinavo, e viverá muito mais.

Recente pesquisa da ONU constatou que é no Japão onde mais longamente se vive: em média, 75 anos. Segundo a lista, 110 países onde mais anos se vive que no Brasil. A longevidade brasileira, esta entre as mais breves do Planeta.

Não chega à média dos 60.

Então, recentes normas de aposentadoria, aprovadas pelo Congresso, dão ao brasileiro o "direito" de se aposentar, em média, cinco anos depois de morto.

O privilégio do nordestino é ainda maior. Vivendo, em média, 35 anos apenas, aposenta-se uns 30 anos depois de morto. A média nordestina decai tanto assim porque, no Nordeste, a cada dois minutos uma criança morre. Enquanto você me lê, algumas já morreram.

Mas não pare a leitura, por isso. O problema está noutra lugar. Está na vontade política de governante que frequentemente privilegiam outras coisas mais que a vida. Ou discrimina os vivos, ou privilegia a vida.

A cada criança que morre de fome no mundo correspondem 36 mil dólares em armas. Somos o 5º exportador de armas do mundo, a serviço de uma ideologia em que só alguns chegarão ao topo. E essa corrida é só o que interessa.

Possibilidade

PREIO DA PARAÍBA

F. Pereira Nóbrega

Política do chão

Quando ora recrudescem conflitos rurais, vejo de mais contraditória a política, adotada desde as origens, na distribuição deste chão brasileiro. "Em se plantando, tudo dá" - previu Caminha. Mas a quem não planta tudo se deu. Em Capitãias Hereditárias as terras foram doadas a alguns amigos da Corte. Diminuiu o índio para suas terras serem usurpadas. Aumentou o negro para elas serem trabalhadas.

Uma pesquisa de 1990 já nos dizia que poloneses, italianos, alemães, e seus descendentes, são 60% mais ricos que seus parceiros de profissão - brasileiros. As terras melhor agricultáveis - as do PR, Sc, RN - foram dadas exatamente a esses imigrantes.

Ao nordestino foram oferecidas a Amazônia, a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, onde o número de morte por malária foi igual ao de dormentes assentados. Aos nordestinos, as agrovilas fracassadas do governo militar. A eles, a picada da malária, o veneno da cobra, a boca da onça.

O matuto, dos interiores do Vale do Piancó, chegou ao Paraná e viu aquelas fazendas. Eram cercas vividas das serrarias, era luz elétrica, motores, adubos, agrônomos, escola, posto de saúde, safra exportada a preço de dólar. E perguntou:

- Como vocês conseguiram tudo isso?

Explicaram que o Consulado - das nações de onde vieram - lhes garantia tudo. Ao chegarem, eram imigrantes. Não eram retirantes das secas. Havia uma dignidade humana à espera dos imigrantes europeus.

Ela estava nos convênios binacionais que regulamentaram a vinda dos imigrantes. Do papel para o chão, ela se objetivou, sob a vigilância permanente dos consulados de suas procedências, no Sul do Brasil. Cada consulado cobrava do Governo brasileiro as mínimas cláusulas do convênio. O sertanejo do Vale do Piancó concluiu:

- Pois, na minha terra quem cobra é o Governo. E só cobra imposto. Mas quando eu voltar ao Vale do Piancó, vou procurar nosso Consulado e reclamar também.

Joaquim P. Martins

Banalizando a morte

...visto que, a presença das nanceiras, com suas reflexões, o Brasil, penalização de elementos de província, em, nos asseqüências, acima falta de ação do sistema problema o que é ajustes parâmetros res da entuários serviços nos na acl do povo

...ações, para os Espensas, Des, bens, V, Des, nos cas, Advog